

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Quando os Elefantes lutam a erva sofre

A integração das populações locais nas estratégias de Conservação:
o caso do Grande Limpopo, em Moçambique

Afonso Maria de Gouveia Durão Vaz Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Estudos Africanos

Orientador:
Doutor Luís Granger Alfaro Cardoso, Professor Investigador
Instituto de Investigação Científica Tropical

Setembro, 2012

“Deus, pois, fez os animais selvagens segundo as suas espécies, e os animais domésticos segundo as suas espécies, e todos os répteis da terra segundo as suas espécies. E viu Deus que isso era bom. (...) Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. Então Deus os abençoou e lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos; enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se arrastam sobre a terra. Disse-lhes mais: Eis que vos tenho dado todas as ervas que produzem semente, as quais se acham sobre a face de toda a terra, bem como todas as árvores em que há fruto que dê semente; ser-vos-ão para mantimento. E a todos os animais da terra, a todas as aves do céu e a todo ser vivente que se arrasta sobre a terra, tenho dado todas as ervas verdes como mantimento. E assim foi. E viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom.”

Livro do Génesis

À Maria,
minha mulher.

Agradecimentos

Um obrigado especial

À Maria, pelas horas de ausência e por todo o Amor.

À minha Mãe Sação e Pai Zé Maria

Às minhas Irmãs Pinta, Madalena e Luca

Ao meu orientador Professor Luís Alfaro Cardoso pela dedicação, sabedoria e disponibilidade

Ao Mia Couto, Danie Pienaar, Sam Ferreira, José Veiga, que tão bem me receberam e ajudaram em Moçambique e na África do Sul

Aos meus colegas e professores pelo estímulo e exemplo

Aos meus cunhados, sogros e amigos

Aos meus colegas de trabalho

A todo o povo moçambicano

Resumo

A Área de Conservação Transfronteira do Grande Limpopo (ACTFGL), que contempla a criação de uma Área Protegida (AP) integrando Parque Nacionais, terrenos privados e áreas comunais em Moçambique, África do Sul e Zimbabué, é apresentada pelos seus promotores como um modelo que visa conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável. O facto de até ao momento o plano ter apenas estabelecido o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, tem levantado dúvidas quanto à inclusão das comunidades rurais no projecto. Nesta dissertação defendemos que para que se alcance o duplo objectivo de combate à pobreza das comunidades rurais da região e da conservação dos recursos naturais, a tónica deverá ser posta num modelo de Área de Conservação Transfronteira que vai muito além da estratégia ecocêntrica promovida por um Parque Transfronteiriço.

Palavras Chave: Conservação, Desenvolvimento Sustentável, Áreas Protegidas, Comunidades Locais, Parque Nacional do Limpopo, Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, Área de Conservação Transfronteira do Grande Limpopo, Moçambique

Abstract

Great Limpopo Transfrontier Conservation Area (GLTFCA), which includes the creation of a Protected Area (PA) integrating National Parks, private land and communal areas in Mozambique, South Africa and Zimbabwe, is presented by its promoters as a model to conserve biodiversity and promote sustainable development at the same time. There are reasonable doubts regarding the inclusion of rural communities in the project, as the plan, so far, just established the Great Limpopo Transfrontier Park. This dissertation argues that, for achieving both objectives of poverty alleviation in rural communities of the region and conservation of natural resources, emphasis should be placed on a model of Transfrontier Conservation Area which goes well beyond the strategy promoted by ecocentric Transfrontier Park.

Key Words: Conservation, Sustainable Development, Protected Areas, Local Communities, Limpopo National Park, Great Limpopo Transfrontier Park, Great Limpopo Transfrontier Conservation Area, Mozambique

ÍNDICE

PARTE I: Estudo Introdutório

A – Introdução	1
1. Objecto de Estudo	5
2. Problemática	6
3. Definição Conceptual	7
4. Fontes de informação e bibliografia	7
B – Metodologia	9

PARTE II: Resultados e Discussão

Capítulo 1 – A Conservação em África	11
1.1 Proliferação de Áreas Protegidas	16
1.2 Desenvolvimento sustentável	18
1.3 Discussão	20
Capítulo 2 – A Conservação em Moçambique	25
2.1 Períodos Pré Colonial e Colonial	27
2.2 Pós Independência e Guerra Civil	31
2.3 Paz e Reconstrução	34
2.4 Discussão	37
Capítulo 3 – O Grande Limpopo	39
3.1 Modelos Transfronteiriços	41
3.2 Implementação	46
3.3 Implicações para as Comunidades Locais	49
3.4 Discussão	54

PARTE III

Conclusão	57
FONTES	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	i

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de Áreas Protegidas existentes em Moçambique	i
---	---

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Gráfico da evolução da criação de Áreas Protegidas em todo o mundo.....	iii
Figura 2 – Mapa das Áreas Protegidas de Moçambique	v
Figura 3 – Mapa da Área de Conservação do Grande Limpopo	vii
Figura 4 – Mapa do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo	ix
Figura 5 – Mapa do Parque Nacional do Limpopo	xi

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

ACTF – Área de Conservação Transfronteira
ACTFGL – Área de Conservação Transfronteira do Grande Limpopo
AP – Área Protegida
ASS – África Sub Saariana
CBNRM – Community Based Natural Resource Management
FRELIMO – Frente Revolucionária pela Libertação de Moçambique
IUCN – International Union for Conservation of Nature
PN – Parque Nacional
PNG – Parque Nacional de Gonarezou
PNK – Parque Nacional do Kruger
PNL – Parque Nacional do Limpopo
PPF – Peace Parks Foundation
PTF – Parque Transfronteiriço
PTFGL – Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana
TBNRM – Transboundary Natural Resource Management
SADC – South African Development Community
SANParks – South African National Parks
WDPA – World Database of Protected Areas

PARTE I: ESTUDO INTRODUTÓRIO

A – Introdução

“Os geógrafos nos mapas de África com imagens selvagens preenchem as suas falhas em paragens inabitadas colocam elefantes, por carência de cidades”

*Jonathan Swift in As Viagens de Gulliver*¹

A criação de Áreas Protegidas (AP) com o objectivo de conservar a diversidade biológica do planeta é uma das abordagens mais largamente utilizadas pelas diversas organizações que se dedicam hoje, como no passado, a evitar fenómenos como a extinção de espécies da fauna ou da flora, a perda de *habitats* ou a destruição de ecossistemas inteiros. Desde o seu aparecimento, conceitos como Parque Nacional, Reserva Natural ou Santuário, entre outros, entraram no léxico das sociedades modernas como modelos principais de um movimento mais amplo que luta pela Conservação da Biodiversidade (Dudley, 2008: 2; Child, B, 2004: 1).

A destruição do mundo Natural em diversos pontos do mundo, devido principalmente à acção do Homem, “inspirou” os primeiros passos de uma estratégia que passa por separar porções de território para preservar a vida não humana do globo. Para tal, organizações governamentais e não governamentais (ONG), adoptaram uma fórmula que visa proteger e, muitas vezes, excluir ao máximo os efeitos nefastos que as acções humanas, como por exemplo a caça exhaustiva ou a poluição, tenham no meio ambiente (Brockington et al., 2008: 1).

De acordo com a mais recente definição da International Union for Conservation of Nature (IUCN)², uma Área Protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes para alcançar, no longo prazo, a conservação da natureza com os seus serviços de ecossistema e valores culturais associados³ (Dudley, 2008: 8). A IUCN define igualmente um sistema de categorias de AP separadas por seis diferentes níveis de protecção (Schearl et al. 2006: 12-14), que vão desde a separação total ou parcial da intervenção humana (categorias I a IV) até modelos que procuram uma integração das estratégias de Conservação com as do Desenvolvimento Sustentável (categorias V e VI) (Brockington et al. 2008: 39).

¹ Cit. por Reader, John (1997)

² Fundada em 1948, a IUCN reúne Estados, agências governamentais e diversas ONG numa parceria mundial com mais de mil membros, espalhados por 160 países. De acordo com uma auto-definição: “as a Union, IUCN seeks to influence, encourage and assist societies throughout the world to conserve the integrity and diversity of nature and to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable”. (Dudley, 2008: IV).

³ Tradução livre de: “A clearly defined geographical space, recognized, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the long-term conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values” (Dudley, 2008: 8).

O esforço global para a Conservação – que, além das AP, inclui outros fenómenos como a promoção de legislação nacional e internacional para a protecção de espécies (como a CITES⁴), a produção de conhecimento científico, a propagação de campanhas mediáticas ou a proliferação de ideologias com vista a conservar o mundo natural – colhe hoje o apoio generalizado de governos, ONGs ou cidadãos, (Adams, W, 2004: 227-229) que olham para estas abordagens como a salvaguarda, nas suas últimas consequências, da própria vida humana no planeta. A atestar a favor da forma benigna com que esta abordagem é aceite globalmente está a simples proliferação das AP estabelecidas um pouco por todo o mundo durante o último século e meio (Brockington et al, 2008: 2). Se em finais do século XIX são poucos os casos registados de AP, hoje em dia 100 mil destas reservas pontuam todo o globo (ver figura 1), cobrindo um total de dois milhões de quilómetros quadrados, ou seja, 12% da superfície da Terra (Adams e Hutton, 2007: 150).

No entanto, o apoio generalizado a este modelo de Conservação tem sofrido algumas deserções. Contestando a génese Biocêntrica desta abordagem, diversos autores têm referido que os valores que contribuíram para o advento das AP têm posto em causa sistematicamente a componente humana, pretendendo excluí-la e levando a uma visão romântica do mundo Natural cujo estado “puro” ou “intocável” estaria a ser destruído (Adams, J e McShane, 1992; Neumann, 1998; Adams, W, 2004). Nas últimas década têm surgido, aliás, várias teses que defendem que, caso as AP não envolvam as comunidades humanas que vivem no seu interior ou entorno, muitos destes territórios poderão mesmo estar condenados ao fracasso (Scherl et al. 2006: 3).

Por exemplo, uma das principais críticas às AP é a de que este tipo de uso da terra tem sido feito à custa da apropriação e desalojamento em massa das comunidades que nelas viviam há séculos. Ao separar as pessoas que aí viviam anteriormente dos recursos naturais que até aí faziam parte do seu modo de vida, o movimento da Conservação estaria a colocar deliberadamente milhões de pessoas em posições de exclusão e pobreza (Dowie, 2009). Povos que sempre caçaram em determinado local passaram a ser vistos como caçadores furtivos e brutalmente perseguidos pelas autoridades que protegiam aquelas reservas. Esta visão Biocêntrica do mundo tem sido apelidada de “fortress conservation”, ou em português, “conservação de fortaleza” (Brockington, 2002: 10-11; Scherl et al. 2006: 4), ou seja, a criação de territórios que, sem a influência do homem, possam dar a oportunidade para a Natureza se regenerar e prosperar.

Nas últimas décadas, estas e outras críticas têm feito mudar o pensamento geral dos responsáveis pela Conservação. Abordagens baseadas na inclusão das comunidades humanas tanto na gestão como no aproveitamento sustentável de recursos naturais têm surgido um pouco por todo o mundo. Modelos como o Community Based Natural Resource Management (CBNRM) (Adams e

⁴ Do acrónimo em inglês “Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora” ou, em português, Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, trata-se de uma convenção internacional assinada por diversos Estados a 3 de Março de 1973 em Washington DC, Estados Unidos da América com o objetivo de controlar o comércio de espécies selvagens.

Hulme; 2001) ou, simplesmente, conservação comunitária ou com base em incentivos, surgiram como uma via alternativa à exclusão da componente humana. A ideia consiste na devolução de direitos, propriedade e criação de benefícios directos para as populações que viviam com a Natureza que se pretendia proteger (Barrow e Murphree, 2001: 24-27). De uma forma sustentável, esta abordagem defende uma visão Antropocêntrica, pretendendo unir as estratégias de Desenvolvimento e Conservação num modelo único de benefícios partilhados.

No decorrer do V Congresso Mundial de Parques Naturais, que teve lugar na cidade sul-africana de Durban, em 2003, várias vezes se levantaram para apontar o dedo às falhas e rupturas causadas pela Conservação – e em particular as AP –, à sociedade e aos meios de subsistência como um todo. Nunca um congresso mundial tinha sido tão frequentado por representantes das comunidades locais como a reunião da África do Sul (Brosius, 2004: 609). Segundo relatam Dan Brockington e Jim Igoe, dois antropólogos que estudam os impactos da Conservação nas comunidades rurais de África, essas vozes foram recebidas friamente por diversos cientistas conservacionistas que acusavam os primeiros de terem sabotado o congresso por influências indesejáveis (2006: 425). De acordo com um dos congressistas presente na reunião, Jon Terborgh, um forte defensor da vida animal e vegetal no planeta,

countless workshops, lectures, and discussions delved into topics such as poverty alleviation, social injustice, indigenous peoples' rights, community management of protected areas, and gender equity in conservation. All these issues have their place in a global agenda but for me they dominated and drowned out the discussion of themes more directly related to conserving nonhuman life on this planet (Brokington e Igoe 2006: 425 Apud 2004: 619).

Esta reacção vinha na sequência da crítica que era lançada ao modelo da CBNRM num livro intitulado “Requiem for Nature” (Terborgh, 1999), que apontava para a ineficácia desta abordagem tanto ao nível de conservação como de desenvolvimento e combate à pobreza. Para este autor esta estratégia punha em risco os objectivos da conservação e poderia levar a uma agudização das condições da natureza (Terborgh, 1999: 169-170). Esta e outras reacções foram vistas como o possível regresso da “conservação de fortaleza”, um novo impulso na exclusão das comunidades humanas e um extremar de posições que se vai instalando no debate que opõe as estratégias da Conservação às que estão centradas no Desenvolvimento.

Nesta oposição entre Conservação e Desenvolvimento, de um lado do debate estão eminentemente cientistas sociais, que partem de um ponto de vista dos fenómenos sociais que ocorrem na Conservação, com as suas preocupações com aqueles que afinal de contas são (ou deverão ser) os beneficiários de um ecossistema sustentável, as pessoas ou comunidades locais, e do outro, os cada vez mais preocupados cientistas naturais que, partindo do ponto de vista dos ecossistemas e das ameaças à biodiversidade, falam de urgência e da necessidade de separar os dois mundos e proteger

um bem, a Natureza, que poderá sofrer perdas incalculáveis e irrecuperáveis se nada for feito para a proteger.

Em África, este debate adquire dimensões determinantes para o futuro de ambos os esforços de Desenvolvimento e Conservação. A história recente do continente abunda em exemplos de conflitos e crises humanitárias que relegam esta região do mundo para os últimos lugares dos *rankings* de Desenvolvimento Humano. A região da África Sub Saariana (ASS) é uma das mais pobres do mundo, com um dos mais baixos níveis de desenvolvimento humano (0,463) onde a esperança média de vida chega apenas aos 54,4 anos (UNDPa, 2011: 130). Estima-se que cerca de metade da população da ASS (e mais de 70% da população rural), viva actualmente em pobreza, onde a pobreza é definida como tendo menos do que o equivalente a um dólar por dia (Ashley e Elliott, 2003: 1; UN, 2011: 2) . De um modo geral, em mais lado nenhum do Mundo se vive com tão pouco como em África.

Do lado da Conservação o momento também não é para comemorar. Apesar de reconhecido pela abundância de recursos naturais e por uma megafauna carismática, o continente africano é muitas vezes ilustrado como a última fronteira, o reduto final de um passado selvagem que em muitas partes do globo cessou de existir, onde vastas savanas repletas de animais bravios são a norma de uma paisagem apenas esparsamente interrompida pela presença do Homem (Adams, J e McShane, 1992: 36). Mas esta imagem aparentemente “idílica” poderá ser, no entanto, tudo menos real. Nos anos de 1980, a vida selvagem existia, na grande maioria, apenas confinada em áreas reservadas à sua protecção. Ao contrário do que seria espectável, cerca de 90% da biomassa animal de África era gado doméstico, sendo os restantes 10% reservados aos Elefantes, Zebras e Leões, e demais animais selvagens (Bond et al. 2004: 35).

Apesar de África já ter sido de facto uma região (pelo menos mais) repleta de vida selvagem, os efeitos combinados do aumento da população humana, o desenvolvimento tecnológico, a caça exhaustiva e a destruição de espécies e habitats para formas diferentes de uso da terra, como a agricultura ou a pecuária (Child, G, 2004: 12) levaram ao recuo dos animais bravios para locais cada vez mais remotos onde os efeitos acima enumerados tiveram pouco impacto. Contudo, mesmo as AP que existem nos mapas nem sempre são sinónimo de que tenham no seu interior vida selvagem, sendo conhecidos como “paper parks” ou, em português, “parques no papel” em que as AP estão apenas desenhados sem ter qualquer tipo de gestão ou protecção (Child, G., 2004: 18).

Mais do que em qualquer outra zona do mundo, os assuntos relacionados com a Conservação elevam-se de forma ainda mais relevante em África devido a uma fama que remonta ao imaginário mais generalizado no mundo ocidental, como o “continente selvagem”, “virgem” ou “inexplorado”, onde o Homem nasceu num suposto Paraíso de vida selvagem dominado por uma Natureza luxuriante e inexpugnável e que agora está em risco de desaparecer. Uma imagem forte mas que poderá não estar assim tão próxima da realidade. Jonathan S. Adams e Thomas O. McShane chamam-lhe “o mito da África selvagem”: “europeans invented a mythical Africa, which soon claimed a place of privilege in the Western imagination. We cling to our faith in Africa as a glorious Eden of wildlife” (1992: xii).

Durante o século XX o movimento internacional da Conservação tem vindo a moldar não só o olhar para uma imagem mítica de África, que em muitos casos se limita a uma planície amarela a perder de vista, uma acácia ao fundo e em primeiro plano uma “família” de leões. Não raras vezes as comunidades humanas são simplesmente apagadas ou até mesmo “diabolizadas” como intrusos num cenário idílico onde apenas se deveria encontrar a majestosa e sempre “pura” Natureza (Neumann, 1998: 15-19).

Essas imagens incorrem no erro de limitar e estereotipar todo o continente a apenas uma parcela, ainda que importante – geralmente uma paisagem fotografada no Parque Nacional do Serengeti, localizado na Tanzânia –, criando assim ilusões, essas sim, que podem mesmo, ironicamente, estar a pôr em causa a mesma vida selvagem que se pretende preservar (Adams, W, 2004: 230).

Como Jonathan S. Adams e Thomas O. McShane acrescentam:

Conservation has long operated on the comfortable belief that Africa is a paradise to defended, even against the people who have lived there for thousands of years. The continuing reluctance to accept the link between vigorous indigenous culture and the survival of wildlife has led to conservation programs doomed to eventual failure because they depend on building barriers of one sort or another between people and wildlife (1982: xviii).

O debate que opõe estratégias de Conservação – como a “conservação de fortaleza” – e as que procuram soluções de integração de modelos de Desenvolvimento Sustentável têm estado no centro dos debates sobre os caminhos que a Conservação em geral terá que trilhar no futuro.

1. Objecto de Estudo

As Áreas de Conservação Transfronteiriças (ACT) surgiram nas últimas décadas, em África, como o mais recente modelo de estratégias que pretendem solucionar o problema da gestão sustentável de recursos naturais, com o duplo objectivo de combate à pobreza das populações rurais e da conservação da biodiversidade. Assente na ideia de que as fronteiras políticas não deverão interferir com ecossistemas transnacionais, este modelo propõe igualmente expandir a protecção da fauna e flora bravias como modo preferencial de uso da terra para as comunidades rurais do continente.

Durante os anos de 1990, três países da África Austral – Moçambique, África do Sul e Zimbabué, encetaram negociações para avançar com o projecto de criação da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo (ACTFGL), uma Área Protegida com cerca de 100 mil quilómetros quadrados de extensão, que uniria diversos Parques Nacionais, terrenos privados e áreas

onde vivem comunidades rurais, integrando-as numa lógica transnacional. A promessa dos seus impulsionadores era, por um lado a de restabelecer um ecossistema até agora artificialmente interrompido por lógicas políticas, e por outro integrar soluções de Desenvolvimento Sustentável que contribuíssem activamente para a melhoria das condições de vida de cerca de 500 mil pessoas que actualmente vivem no interior ou no entorno desta ACTF (Hanks, 1997).

Este processo negocial culminou com a assinatura de um Tratado internacional entre aqueles três países, que estabeleceu a primeira fase do projecto do Grande Limpopo. No entanto, este acordo tripartido acabou por se centrar no núcleo da ACTFGL, ou seja, no estabelecimento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTFGL), que unia essencialmente três grandes Áreas Protegidas: o Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique, o Parque Nacional do Kruger, na África Sul, e o Parque Nacional de Gonarezhou, no Zimbabué. Nesta fase juntavam-se também o Parque Contractual de Makuleke na África do Sul e outras áreas existentes entre o Kruger e o Gonarezhou: a Malipati Safari Area, o Manjinji Pan Sanctuary e ainda outras áreas comunitárias (Whande e Suich, 2009; Munthali, 2007, Wolmer, 2003).

Nesta fase do projecto, a ACTFGL ficou apenas definida num dos artigos do Tratado, estando ainda em aberto se irá de facto para o terreno ou se existirá um acordo adicional que o contemple no futuro. O facto de o projecto se ter centrado por agora no PTF, e não na ACTF, está a suscitar dúvidas sobre o futuro das comunidades locais que iriam ser abrangidas.

O objecto de estudo desta dissertação centra-se assim nos impactos que a implementação do Parque Transfronteiriço e a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo no duplo objectivo da Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento rural das populações humanas que vivem no Parque Nacional do Limpopo e no seu entorno.

2. Problemática

Partindo de dois aparentes consensos globais em relação à necessidade de combater a pobreza extrema e travar a degradação do meio ambiente e da vida selvagem, propõe-se, nesta dissertação, contribuir para o debate acerca das estratégias e políticas que permitirão colocar as por vezes antagónicas agendas do Desenvolvimento e da Conservação num caminho único de colaboração.

Centraremos a nossa discussão nas perspectivas futuras das populações que vivem no interior e no entorno do Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique. Para tal abordaremos a literatura científica produzida sobre esta questão, bem como realizar uma análise à legislação e principais acontecimentos históricos para o estabelecimento da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo. Esta análise centra-se assim na problemática do debate que opõe estratégias de Conservação e de Desenvolvimento Sustentável no caso concreto do projecto do Grande Limpopo. Para tal

centraremos o debate nas relações entre Áreas Protegidas e comunidades locais/rurais que vivem no seu interior e entorno.

3. Definição Conceptual

As definições conceptuais deste trabalho, por uma razão de coerência com o projecto que pretendemos analisar, estão em linha com os conceitos estabelecidos no Tratado de 2002 que criou o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. Assim, por "conservação", entende-se a protecção, manutenção, reabilitação, restauro e valorização dos processos ecológicos, dos recursos naturais e do meio ambiente; por "área de conservação", uma área designada para a conservação; por "Parque Transfronteiriço" a junção de Parques Nacionais como a que aconteceu no Grande Limpopo, por Área de Conservação Transfronteiriça, as áreas adjacentes ao PTF onde vivem populações humanas. Finalmente, por "comunidades locais" ou "comunidades" significa grupos de pessoas que vivem dentro e no entorno da área do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (Tratado de Xai-Xai, 2002: 5-6).

Outro conceito importante para este trabalho é o de Área Protegida, que como já referimos no início se trata de um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros meios eficazes para alcançar, no longo prazo, a conservação da natureza com os seus serviços de ecossistema e valores culturais associados (Dudley, 2008: 8).

Sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável será abordado numa perspectiva ligada à Áreas Protegidas pelo que se entende como “áreas contendo predominantemente sistemas naturais não modificados, gerida para assegurar a protecção e preservação da diversidade a longo prazo, e ao mesmo tempo possibilitar o fluxo de produtos naturais e serviços de modo a satisfazer as necessidades da comunidade”, como são definidas as AP de nível VI pela IUCN (Scherl et al. 2006: 14).

4. Fontes de Informação e bibliografia

A pesquisa bibliográfica e de fontes de informação baseou-se nos principais estudos científicos, legislação e dados considerados mais pertinentes em relação a cada fase do trabalho. Atendendo à problemática acima referida optou-se pela leitura de artigos e obras científicas interdisciplinares que abordassem o tema da Conservação pelo prisma das ciências sociais.

B – Metodologia

A dissertação que nos propomos desenvolver terá por base uma análise histórica bibliográfica do processo de estabelecimento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo e da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo. Os resultados da pesquisa foram extraídos de uma análise interdisciplinar de artigos científicos, legislação, tratados e outros dados, que permitam uma compreensão abrangente dos fenómenos estudados.

Para esta dissertação, devido às limitações decorrentes do orçamento e tempo disponível para a executar e à distância do Objecto de Estudo, optou-se por basear toda a exploração em referências bibliográficas que, para além de uma revisão aos principais estudos feitos em relação a estas temáticas, serão tratadas como resultados qualitativos da pesquisa. A visão abrangente acaba, no entanto, por limitar este estudo a uma introdução ao tema tratado. Outra das limitações desta abordagem é a de que grande parte da exploração é realizada recorrendo a fontes secundárias. A falta de informação em relação ao que se passa de facto no terreno, por não termos tido oportunidade de realizar um trabalho de campo sistematizado, limita igualmente os resultados desta dissertação. A escassez de material disponível em língua portuguesa das matérias estudadas levou à opção por citar as diversas obras no idioma original, ou seja, na língua inglesa.

O processo exploratório incluiu, no entanto, uma visita de campo que permitiu uma observação directa, ainda que durante um período limitado, apenas 15 dias, dos fenómenos que pretendemos abordar. Durante esta viagem ao Parque Nacional do Kruger, na África do Sul e ao Parque Nacional do Limpopo, em Moçambique, ambas parte integrante tanto da ACTFGL como do PTFGL, foram ainda realizadas entrevistas exploratórias com alguns responsáveis, citadas no trabalho sempre que for conveniente e devidamente assinaladas como comentário pessoal (com. pessoal).

As entrevistas exploratórias utilizadas nesta dissertação foram realizadas com Danie Pienaar, Head of Scientific Services of South African National Parks (SANParks); Sam Ferreira, Large Mammal Ecologist (SANParks); Antony Alexander, project manager do Parque Nacional do Limpopo e Mia Couto, escritor e biólogo. As entrevistas tiveram lugar, em Junho de 2011, em Skukuza, Parque Nacional do Kruger (África do Sul), bem como em Massingir e Maputo (Moçambique), respectivamente.

Nesta dissertação pretende-se encontrar uma resposta satisfatória à seguinte pergunta de partida:

A implementação da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo será necessária para alcançar o duplo objectivo da conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural das populações humanas que vivem no Parque Nacional do Limpopo e no seu entorno?

Para tal avançamos com duas hipóteses iniciais:

- a) A Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo é essencial para, no longo prazo, garantir uma estratégia única para a região em causa que coloque as comunidades humanas no centro das prioridades das estratégias que visam a Conservação da biodiversidade.
- b) Apesar de o modelo ser aparentemente vantajoso para as duas realidades – comunidades humanas e fauna e flora bravias – as duas componentes não deverão ser integradas no mesmo projecto porque são antagónicas e põe em risco tanto os objectivos da Conservação como do Desenvolvimento.

Os objectivos deste trabalho centram-se assim, devido às limitações acima citadas, na compreensão dos fenómenos sociais criados pela implementação de estratégias de Conservação para as comunidades humanas que vivem no seu interior ou entorno, no caso específico das populações rurais do Parque Nacional do Limpopo em Moçambique. É também objectivo deste trabalho alertar para as estratégias que estão a ser postas em prática no estabelecimento do Grande Limpopo e assim contribuir para o seu aprofundamento.

A estrutura do trabalho assenta na recolha de dados, neste caso essencialmente análise bibliográfica e outros documentos pertinentes como legislação e tratados, entre outros, pelo que nos diferentes capítulos se fará a respectiva análise de resultados e discussão.

No primeiro Capítulo iremos centrar a discussão nas principais questões que marcaram o desenvolvimento de estratégias de Conservação e a introdução das temáticas do Desenvolvimento Sustentável no seu ceio, no continente africano. Seguidamente, no Capítulo 2, propõe-se um exercício semelhante para compreender os principais momentos da Conservação em Moçambique. Por fim, no Capítulo 3, abordaremos directamente o objecto deste estudo com os principais momentos históricos do estabelecimento do Grande Limpopo e os principais debates que este projecto está a suscitar.

PARTE II: Resultados e Discussão

Capítulo 1: A Conservação em África

“In my eyes, dear Elephant, sir, you represent to perfection everything that is threatened today with extinction in the name of progress, efficiency, ideology, materialism, or even reason, for a certain abstract, inhuman use of reason and logic are becoming more and more allies of our murderous folly. It seems clear today that we have been merely doing to other species, and to yours in the first place, what we are on the verge of doing to ourselves”.

Romain Gary in Dear Elephant, Sir, Life Magazine, Dezembro de 1967⁵

A primeira experiência de criação de uma Área Protegida (AP), com características que influenciaram as práticas modernas da Conservação, data de 1872, com o estabelecimento do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América (EUA) (Adams e Hutton, 2007: 153) com o objectivo de ser “a public park of pleasure ground for benefit and enjoyment of the people”⁶ (Rosinha: 1981: 214; Child, 2004:1). O “conceito norte-americano”, que previa reservar amplos territórios de forma a manter as suas qualidades cénicas e proteger as espécies selvagens da progressiva destruição causada pelo Homem, não tardou a alastrar à Europa e, daí, para todo o mundo. África não foi excepção e a crescente exploração dos seus recursos naturais, com o início do processo colonial, começava a criar os primeiros desequilíbrios na sua Biodiversidade. Contudo, a motivação principal não terá sido a “recreativa ou cultural” desenvolvida nos EUA, mas antes o controlo da exploração do comércio lucrativo de recursos naturais como o marfim ou dos safaris de caça (Adams, W 2004: 22-23).

Apesar da força do modelo criado em Yellowstone, é necessário apontar para o facto de a Conservação de recursos naturais não ser um exclusivo Norte-Americano ou Europeu. A novidade, neste caso, tinha a ver com a exclusão das comunidades humanas dos parques norte-americanos que acabou por estabelecer o padrão e o modelo de como fazer Conservação em todo o mundo (Dowie, 2009: 1-14). Apenas para dar um exemplo, diversas leis escritas e não escritas ao longo da história das sociedades previam já a Conservação de recursos naturais, principalmente quando estes se tornaram escassos. A lei islâmica da água, que prevê o uso ordenado de um recurso escasso, em locais desérticos, tem mais de mil anos (Child, G., 2004: 10).

Antes da chegada dos europeus ao continente, as comunidades africanas tinham um conhecimento muitas vezes utilitário em relação aos recursos naturais que tinham ao seu dispor. A baixa densidade populacional levava, na maior parte dos casos, a um uso sustentável dos recursos

⁵ Gary, Romain (1967) p.

⁶ Lei de 1 de Março de 1972 que cria primeiros PN dos EUA (Rosinha, 1981: 214)

disponíveis pelo que não necessitava de uma gestão organizada para a sua utilização. (Child, G., 2004: 9; Bond et al., 2004: 30). No entanto, já existiam limitações ao uso de parte dos recursos naturais disponíveis, como certos animais que eram vistos como tóteme, como a Zebra, o Elande ou outros, ou pelo valor económico que estes possuíam, sendo este o caso dos Elefantes pelo seu marfim ou os Leopardos por causa das suas peles, entre outros (Child, G., 2004: 9).

De acordo com Graham Child, “indigenous institutions for conserving wild resources were generally weak prior to white settlement in southern Africa, mainly because they were not needed and would have been a burden on the societies” (2004: 11). No momento em que os Europeus começaram a aportar nas costas africanas as comunidades locais já tinham uma longa tradição de comércio relacionado com os recursos naturais do continente. Produtos como o marfim e o corno de Rinoceronte, eram usados como trocas com os mercadores árabes que comercializavam bens ao longo da costa oriental, fazendo um uso comercial da vida selvagem (Soto, 2009: 85-86; Hutton et al, 2001: 18).

Mais tarde, com o estabelecimento de colónias de europeus em alguns pontos de África, iniciou-se um processo de destruição sistemática da fauna bravia devido a caça excessiva. Não será portanto uma surpresa total que as primeiras limitações ao uso de recursos naturais em África, como é o caso dos animais selvagens, tenha surgido onde maiores ameaças estavam postas à sua sobrevivência. De acordo com Graham Child, as primeiras instruções dadas no sentido de regular o acesso à caça datam de 1656, apenas quatro anos após o estabelecimento da primeira colónia holandesa na região do Cabo, na África do Sul (2004: 7).

No entanto, os primeiros esforços em conter a destruição dos recursos naturais não eram meramente conservacionistas. As preocupações iniciais das potências europeias situavam-se antes em questões meramente do foro económico ou político. A vida selvagem africana era encarada pelas administrações coloniais como património imperial e a sua preservação era levada a cabo como apenas mais uma forma de desenvolvimento dos territórios a colonizar. O principal argumento para a conservação de mamíferos de África, em finais do Século XIX, era o seu valor económico como “caça grossa” (Child, G., 2004: 15; Gißibl, 2006: 121).

Os níveis de destruição da fauna bravia começaram a fazer tocar os alarmes das administrações coloniais devido à sobre-exploração provocada pela caça excessiva que os pioneiros da colonização europeia estavam a causar. De acordo com Brian Child:

With the colonization of southern Africa, a model of conservation based on strictly preserved national parks and the prohibition of commercial use of wildlife outside them was imposed, not only on traditional communities but also on a more pragmatic conservation ethos based on the wise use of the soil, forest and their products. This may have been a reasonable short-term response to the excess of the frontier period, characterized as it was by unfettered open-access predation of natural resources, leading

to the slaughter of millions of head of game, often to subsidize the building of nations and farms (2001: 1)

O estabelecimento de colonos europeus limitava, portanto, os movimentos das comunidades locais africanas e as administrações coloniais nacionalizavam a vida selvagem. A colonização veio, desta forma, marginalizar as comunidades locais em relação à vida selvagem (Child, G., 2004: 11). Este período foi seguido pelo estabelecimento e colonização de novos territórios no interior, que levou provavelmente a uma destruição ainda maior uma vez que a vida selvagem era vista como competidora não lucrativa que destruía colheitas e prejudicava a criação de gado devido a doenças ou à ação de predadores (Child, B, 2001: 1).

Para ter uma noção do nível de exploração de que a vida selvagem estava a ser alvo em finais do século XIX, nos anos de 1880 eram importadas para África cerca de 100 mil armas de fogo todos os anos e perto de 65 mil elefantes eram abatidos anualmente para abastecer o crescente e bem estabelecido mercado internacional de marfim (Gißibl, 2006: 123). Certas espécies foram mesmo caçadas até à extinção – foi o caso do Quagga, eliminado às mãos de caçadores brancos na África do Sul em finais do século XIX (Rangarajan, 2003: 79) – pelo que se impunha travar a extinção em massa e evitar o que já tinha acontecido com a vida selvagem europeia e norte-americana, apenas encontrada em pequenos refúgios ainda preservados ou mesmo em jardins zoológicos e, nos casos mais extremos, embalsamados num museu de História Natural.

Um texto anónimo de um colono de origem inglesa, publicado em Novembro de 1906, no jornal britânico Saturday Review, intitulado “The Dying Fauna of an Empire”, que resume tanto os argumentos político-simbólicos nacionalistas, que então ecoavam um pouco por todas as chancelarias europeias, como os argumentos económicos vistos como motores para se avançar com a conservação em África (referindo-se ao governador do então Tanganica alemão, que separou dois grandes distritos da África Oriental Alemã), referia:

that, if the great game was to be economized, sanctuaries or reserves must be established. He accordingly set apart two great districts of German East Africa in which game was protected absolutely. This seems to have been the first really effective step towards sparing the fauna of Africa. The English authorities saw great obstacles against the establishment of such sanctuaries in our own territory, but happily we have followed the German example (Gißibl, 2006: 121).

Mais uma vez, como em quase todos os campos de análise do continente africano, a era colonial marcou indelevelmente os acontecimentos políticos, económicos e sociais onde este processo de desenrolou. O advento das AP surgia em África para pôr cobro a um problema criado precisamente por aqueles que agora o tentavam resolver: os colonos europeus. Perante a destruição em marcha, era

necessário tirar conclusões e desenvolver medidas para salvar a vida selvagem do declínio que já tinha tido lugar noutras partes do continente e do mundo.

Apesar de o enfoque das estratégias de Conservação ser ainda meramente económico ou político, o primeiro impulso internacional com vista à preservação da Vida Selvagem em África veio a formalizar-se na *International Conference on the Preservation of Wild Animals, Birds and Fish in Africa* convocada para Londres em Abril de 1900 (GiBibl, 2006: 128; Adams, W, 2004: 44). Esta primeira reunião internacional, que contou com representantes do Reino Unido, Alemanha, Portugal, França, Bélgica, Espanha, Itália, era o primeiro esforço conjunto das potências que detinham interesses na ASS e em particular na exploração da vida selvagem.

Contudo, apesar das poucas conclusões retiradas desta reunião internacional – de onde se contam algumas limitações e regulamentos à prática da caça, com especial destaque para o Elefante –, estava dado o primeiro passo e lançada a semente da conservação da vida selvagem em África. A conferência de 1900 sobre a preservação da vida selvagem em África acabou por moldar e inspirar a forma como se iria fazer Conservação durante o século XX (GiBibl, 2006: 134).

O período colonial moldou de facto a forma como a Conservação se desenrolou. Durante as primeiras décadas do Século XX assiste-se assim a uma primeira fase na gestão de AP marcadamente militar. Muitas vezes desempenhada por elementos das forças militares ou por ex-militares, a sua acção estava extremamente hierarquizada e disciplinada e passava por uma protecção musculada dos recursos naturais existentes no interior destas reservas. Funcionavam como uma força paramilitar (Child, G., 2004: 16). Foi o caso de figuras míticas para o imaginário conservacionista como George Adamson⁷, na África Oriental Britânica (Adamson, 1968) ou James Stevenson-Hamilton no Kruger, na África do Sul (Madumba, Pienaar e Verhoef, 2003: 7). As primeiras décadas da Conservação da vida selvagem podem muito bem ser enquadradas no movimento mais amplo de colonização que progressivamente ia explorando cada vez mais e maiores áreas de terra em todo o continente.

O facto de as primeiras gerações de guardas florestais terem origem em elementos dos exércitos coloniais das potências europeias que ocupavam o continente política, económica e administrativamente levou a que, apesar do esforço preservacionista geral, este não ter sido feito de modo uniforme em todo o continente. O facto de os guardas florestais vindos da vida militar terem a cargo a preservação da vida selvagem demonstra que as estratégias nem sempre eram aplicadas com coerência nos diversos territórios que estavam sob protecção. Como nota Mahesh Rangarajan,

white managers were not of course homogenous, with major rifts over how to manage the Park.

The evolution of wildlife biology in the 1950s in the white universities of South Africa led to significant differences of opinion on how best to deal with carnivores in the Kruger. In much of Southern Africa, the first generation of park officials was made up of former military officers (2003: 81).

⁷ O popular guarda florestal que recolheu e reintroduziu uma leoa de volta ao seu habitat natural e que deu origem ao livro que sua mulher Joy escreveu “Born Free” com um filme homónimo divulgado em todo o mundo (Adamson, 1968).

O alastrar dos modelos de Conservação que iam sendo decididos nas chancelarias ocidentais tinham, num primeiro momento, igualmente um outro objectivo: a conquista de novos territórios e a realização de uma ocupação que se tornava cada vez mais efectiva. De acordo com Mahesh Rangarajan “the creation of a national park was not a simple victory of 'good versus evil', but was part of complex political changes at the time” (2003: 78). O movimento europeu de colonização de África dotava-se de mais um argumento para o seu estabelecimento, colocando parcelas do agora seu território sob a alçada da sua autoridade. Exemplo disto mesmo é o estabelecimento do primeiro Parque Nacional do continente, o Kruger National Park, na África do Sul, primeiro como reserva de caça em 1898 – à data dava pelo nome de Sabi Game Reserve, depois transformado em Parque Nacional, em 1926 (Child, G., 2004: 15; Madumba, Pienaar e Verhoef, 2003:7). Contudo, este Parque surge como um caso paradigmático no sentido em que a sua criação teria um significado tanto mais político do que conservacionista. De acordo com Rangarajan, “such an act of creating a park was not merely a gesture to 'save' nature, but to redefine who owned it” (2003:78). O significado político-simbólico, com sílaba tónica no nacionalismo branco sul africano, tinha o objectivo de mostrar a sua terra “como os *Voortrekkers*” (Idem, *Ibidem*) a tinham encontrado na sua chegada ao continente.

No entanto, com a fundação do Parque Nacional do Kruger, que foi igualmente o primeiro Parque Nacional do continente, no qual não era por exemplo possível caçar, apesar do significado e símbolo político do domínio branco na África do Sul sobre os africanos, estava criado um novo conceito de exploração da vida selvagem no continente com a chegada dos safaris turísticos em que os “novos exploradores” vinham munidos de máquinas fotográficas ou de filmar em vez das espingardas, que cujo uso abusivo e desregrado destas últimas tantos malefícios trouxeram a todo o ecossistema africano.

Em termos de gestão dos recursos naturais, esta fase do movimento de Conservação é marcada por uma mentalidade voltada para os números absolutos de vida selvagem existente, que quanto maiores fossem mais se justificava reservar determinados territórios. Esta mentalidade levou a erros como o de supor que animais predadores controlavam o número de presas e não o oposto. Este erro de análise levou à eliminação de diversos predadores em inúmeras AP, com no Kruger, no qual o guarda florestal e os seus funcionários eliminaram mais de 18 mil predadores, entre mamíferos, aves ou répteis de 1903 a 1927. Esta fase é igualmente marcada por manipulações como queimadas ou criação de lagos artificiais para aumentar a espectacularidade dos safaris turísticos e tornar a vida selvagem mais visível para os visitantes dos Parques (Child, G., 2004: 16). Ou seja, de um início marcado pela criação de AP por motivos utilitários, os Parques Nacionais africanos passavam a ser mais inspirados nos primeiros Parques dos EUA.

1.2. - Proliferação das Áreas Protegidas

Um dos momentos que contribuiu para o fortalecimento da agenda da Conservação e para o incremento na criação de AP em todo o continente africano, foi certamente a realização de mais uma conferência organizada igualmente em Londres, que dava novo impulso às acções neste campo das nações europeias que detinham colónias em África. Em 1933 tinha então lugar nova reunião magna desta vez com o lema “Convenção para a Protecção da Fauna e Flora Africanas” (Rosinha, 1981: 212). Esta reunião internacional redefiniu os moldes em que as potências europeias presentes em África fariam a gestão das suas áreas protegidas (Child, 2004: 1 e 6).

O conceito que mais atenção mereceu durante a Convenção de 1933 foi o de Parque Nacional, que excluía a componente humana, uma das formas mais disseminadas de AP. De acordo com Armando Rosinha, os resultados desta segunda reunião internacional sobre a flora e a fauna africanas, salientou que “dentro do possível, a exclusão de toda a actividade humana manteria os Parques Nacionais intactos e sem modificações notáveis” (1981: 217). No entanto, apesar de alguns Parques Nacionais terem começado a proliferar em África, com maior intensidade a partir dos anos de 1930, este fenómeno só viria a acelerar de forma exponencial após a II Guerra Mundial, devido ao estado geral de conflito, que se fez sentir em África e, de forma mais intensa, nas metrópoles coloniais. (Child, G., 2004: 15).

Em meados dos anos 50, devido também ao desenvolvimento do processo colonial, os responsáveis pela gestão das AP eram funcionários públicos das administrações coloniais. A abordagem seria marcada pela pretensão de preservar os ecossistemas ainda existentes e que estavam ameaçados tanto pelo crescimento das populações durante o Século XX, como pela explosão tecnológica que se sucedeu à II Guerra Mundial, tanto ao nível da pecuária, como da agricultura, que ameaçavam os esforços para a Conservação. Estes funcionários eram na maior parte dos casos especialistas provenientes das ciências naturais, como Agronomia, Biologia, Zoologia, etc. (Child, G., 2004: 12).

Estes novos “ecologistas” surgiam, no que toca à gestão de recursos naturais, muito por causa das distorções criadas pela alteração de habitats e ecossistemas devido à manipulação da vida selvagem de que falámos anteriormente. A intervenção dos ecologistas, que começou nos anos 1950 e foi até aos anos 1970, surge também em resposta à conclusão de que mesmo os Parques e Reservas de maiores dimensões não estavam contidos em ecossistemas unitários. As manipulações do passado foram desaparecendo uma vez que estes novos especialistas traziam consigo conhecimentos sobre a capacidade dos ecossistemas. Um dos primeiros locais onde se realizou um trabalho sustentado neste campo foi no Parque Nacional da Gorongosa, na então colónia portuguesa de Moçambique, onde Kenneth Tinley fez o trabalho de definir as fronteiras “naturais” do Parque, em 1969 (Child, G., 2004: 17, Tinley e Tinley, sem data).

Os moldes em que o movimento da Conservação foi criado – liderado pelo Estado ou pelos seus correspondentes coloniais, centralizado, orientado para a preservação de fauna e flora bravias e

com exclusão de comunidades humanas, mesmo as locais – perduraram ao longo de décadas e, em certa medida, chegaram aos nossos dias. Com as independências africanas, a partir de meados do século XX, no que toca à Conservação pouco terá mudado (Child, G., 2004: 15). Os moldes em que o movimento tinha sido criado mantinham-se e o comprometimento dos governos africanos parecia continuar o trabalho dos governos coloniais nesta matéria.

Contudo, as independências africanas suscitaram dúvidas no mundo ocidental num primeiro momento, sobre a manutenção da AP e se os africanos, no passado sistematicamente excluídos destas problemáticas (com exceção para os efeitos que estas tiveram sobre as suas vidas) seriam capazes ou até mesmo se estariam interessados em manter a Conservação da vida selvagem. De acordo com Mahesh Rangarajan:

Such concerns were common as de-colonization loomed but only rarely were they expressed as candidly as with reference to Africa. Bernhard Grzimek, the legendary German zoologist who co-authored *Serengeti Shall Not Die*⁸, and which was later translated into eighteen languages, was a typical case. Claiming as he did that, 'A Negro is an equal and a brother', he still warned against 'the over hasty conversion of coloured colonies into independent democratic states'. The green agendas of colonizers were contrasted with the more immediate, day-to day preoccupations of their subjects. Conservation was a pretext for the continuance of colonialism (2003: 83).

A resposta a estas dúvidas sobre a capacidade e a vontade dos africanos é largamente positiva não só pelo facto de ser do interesse dos africanos manter aquilo que era agora seu como pela possibilidade de trazer ganhos às suas nascentes economias. O caso da Tanzânia é disso exemplo, como sublinha Mahesh Rangarajan:

When Tanzania gained independence in 1961, there were significant continuities in government policy with the late colonial era, especially in the field of conservation. What was earlier the white man's game became a potential source of foreign exchange. So much so, that the country has national parks and equivalent reserves extending over one-fourth of its landmass. This is far more than the 3 per cent set aside for parks in South Africa (2003:82).

No entanto, as preocupações nos países do hemisfério norte, muitos deles antigos colonizadores, mantiveram-se e quase simultaneamente deu-se um aumento significativo de grandes ONGs dedicadas à Conservação, de que falaremos mais à frente.

⁸ Um livro e documentário homónimo que muito contribuiu para a criação do Parque Nacional do Serengeti e que recebeu um óscar da Academia de Hollywood.

1.3. Desenvolvimento sustentável

Os primeiros passos consistentes no sentido de integrar as comunidades humanas nas estratégias da Conservação, começaram a ser dados nos anos de 1980. Esta aproximação das agendas do Desenvolvimento e da Conservação teve eco no III Congresso Mundial de Parques, que teve lugar em 1982, dando origem ao Plano de Acção de Bali que previa “promover a conexão entre gestão de áreas protegidas e desenvolvimento sustentável” (Scherl et al. 2006: 4-5 Apud McNeely e Miller, 1984). As determinações tomadas nesta cimeira levaram a uma abertura cada vez maior a soluções integradoras da componente humana dos ecossistemas que se pretendia proteger. Esta posição defendia que “as populações das áreas protegidas e do seu entorno podem apoiar a gestão da área protegida” (Scherl et al. 2006: 5). De acordo com a Recomendação 5 do Congresso de Bali: “se sentirem que estão usufruindo apropriadamente dos benefícios provenientes da área protegida, sendo compensados apropriadamente por qualquer perda de direitos e levados em conta/consideração nos planeamentos e operações (Idem, Ibidem).

Esta ideia foi depois reforçada em 1992 no IV Congresso de Parques, detido na Venezuela, do qual resultou na Declaração de Caracas. Este documento referia-se defendendo “que a gestão de áreas protegidas ‘tem que ser realizada de forma sensível às necessidades e preocupações das populações locais’ e encorajam as ‘comunidades, organizações não-governamentais e instituições do sector privado a participar activamente na criação e gestão de parques nacionais e áreas protegidas’” (Idem, Ibidem Apud McNeely, 1993).

A África Austral tem, em certa medida liderado este tipo de modelos. Uma vez que passa pela descentralização da posse da vida selvagem, há mesmo quem defenda que o facto de este modelo ter prosperado na região mais a sul da ASS teve origem duas décadas antes quando países como Rodésia (actual Zimbabué), Sudoeste Africano (actual Namíbia) e África do Sul permitiram a exploração legal da vida selvagem por parte de privados. De acordo com Graham Child, “they championed the idea that unless wildlife had a tangible value from which private landholders could benefit it would disappear outside ecological reserves” (Child, G., 2004: 14). A privatização da fauna e flora bravias teria servido assim de antecâmara de modelos de devolução da propriedade dos anos de 1980.

Depois do período colonial, a Namíbia e o Zimbabué foram mesmo os primeiros locais em África onde se realizou inicialmente o debate que resultou na devolução de propriedade de terras às populações locais para gerirem a vida selvagem que nelas existia. O advento de abordagens que devolviam a posse da terra e dos recursos naturais às comunidades locais destes dois países poderá também ter a ver com o facto de esta prática ser mais facilmente aceite do ponto de vista africano do que a abordagem centralizada (Child, G., 2004: 11) que foi em parte a marca de água da experiência colonial no que à conservação diz respeito.

Durante a segunda metade do século XX, e perante os problemas que persistiam em não ter solução apenas com a preservação de grandes porções de território, de onde se excluía as comunidades humanas, começaram assim a surgir na África Austral, as primeiras soluções que

pretendiam integrar vida selvagem e comunidades humanas, o mesmo será dizer Conservação e Desenvolvimento. Embora com as suas raízes bem assentes nas antigas reservas de caça ou propriedades privadas, este movimento pretendia reverter os benefícios da Conservação para o Desenvolvimento económico das comunidades locais. Assim surgiram as Community Based Natural Resources Management (CBNRM) em países como a África do Sul, Namíbia, Botsuana, Zimbabué ou Moçambique, entre outros, a partir dos anos de 1980 (Spierenburg et al., 2008: 87).

Apesar de, no último século e meio as soluções mais difundidas da preservação da Natureza se ter baseado em formas de exclusão e de separação de comunidades humanas e vida selvagem (Dowie, 2009), noutros casos, as soluções passaram pelo aproveitamento dos territórios bravios por privados, através de actividades lucrativas como a caça desportiva, fazendas bravias ou turismo, e ainda por modelos integrados de Conservação e Desenvolvimento em que as comunidades locais gerem os recursos naturais de forma comunitária, como é o caso dos CBNRM (Child, 2004).

De acordo com William M. Adams e Jon Hutton

This idea became an important element of mainstream sustainable development thinking, and the basis for a substantial flow of funds into conservation work in the 1990s, for example through the Global Environment Facility and the work of bilateral donors such as USAID (...) Advocates of 'sustainable use', or 'incentive-based conservation', propose that conservation can best be achieved by giving rural people a direct economic interest in the survival of species, thus literally harnessing conservation success to the issue of secure livelihoods. Sustainable use strategies based on hunting, for example safari hunting in southern Africa, show some success, although they are opposed by the animal rights movement and its supporters in Northern conservation NGOs. There is a better fit between the sustainable use approach to non-consumptive uses of wildlife (e.g. ecotourism) and the ethical and ecological predispositions of conservationists (2007: 151).

Um dos casos mais citados é o CAMPFIRE⁹ levado a cabo no Zimbabué que previa a gestão de territórios selvagens por parte das comunidades locais que viviam no terreno. Este, como outros projectos nele inspirados, foram vistos como uma ponte possível no debate que opunha as estratégias de Conservação às estratégias de Desenvolvimento (Suich e Child, 2009: 3 – 13). Para William Wolmer, “the CAMPFIRE model has achieved the status of conventional wisdom in the Southern African region and internationally, and is endorsed by a range of generous donors. It has spawned a research industry and has been the subject of countless workshops, conferences and glossy publications” (2003: 8).

Tal como na África Austral, mais a norte, no Quénia as novas gerações de responsáveis pós-independência não só criaram condições para que a Conservação da vida selvagem fosse salvaguardada como trouxeram maiores preocupações quanto à inclusão de seres humanos com a

⁹ Community Areas Management Programme for Indigenous Resources (CAMPFIRE)

Natureza e os habitats que os envolviam. Para diversos investigadores o passado das AP era algo que não deveria ser repetido optando antes por uma visão mais integral e talvez até integradora das duas realidades, no fundo colocar nas mesmas soluções objectivos de Desenvolvimento humano bem como da Conservação da fauna e da flora selvagens.

De acordo com Mahesh Rangarajan, referindo-se a estas novas tendências que nasciam no Quénia pós-independente, “crafting alternatives on the ground is perhaps equally, if not more challenging. A sense of disquiet with conservation via coercion is a starting point. It still opens up dilemmas on how to ensure participation without damaging core conservation goals such as protecting ecological integrity and maintaining species diversity” (2003: 85). Este tipo de abordagem foi introduzida no Quénia por David Western, que sucedeu a Richard Leakey, à frente do Kenya Wildlife Service (KWS)¹⁰. O trabalho desenvolvido por Western, um queniano branco, permitiu que o Parque Nacional de Amboseli, no sul do Quénia, fosse integrado nas lógicas dos habitantes daqueles territórios, pertencentes ao povo tribo Maasai (Idem; Ibidem).

Nas últimas décadas, devido à suposta inoperância ou lentidão na obtenção de resultados de alguns projectos de CBNRM, as Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACTF) surgiram como um novo paradigma que juntava diferentes tipos de AP integrados em apenas um modelo. Como William Wolmer nota:

however 10 years on the ubiquitous CBNRM activities seems to have lost some of their cutting-edge, ‘of the moment’ flavor, as institutional fatigue has set in. After the initial runaway success (in terms of publicity) of CAMPFIRE, CBNRM debates got more complicated and increasingly focused on its weaknesses rather than strengths. Donors and CBNRM practitioners were looking for a new paradigm (Wolmer, 2003: 8).

Como teremos oportunidade de desenvolver no Capítulo 3 deste trabalho, as ACTF são a última inovação numa linha de modelos que procuram juntar estratégias que dêem resposta aos objectivos tanto da agenda da Conservação como do Desenvolvimento.

1.4. Discussão

Ao longo da maior parte do século XX, o movimento internacional da Conservação concentrou-se na preservação de espécies de fauna ou flora, não tendo tido uma preocupação efectiva com as comunidades humanas que viviam nas porções de território que se pretendia proteger. Era tese comum que a Natureza deveria ser protegida, antes de mais, do próprio Homem, que a estava a colocar em perigo. Nesta ameaça foram incluídas comunidades locais que estavam estabelecidas nestas

¹⁰ A agência estatal para a gestão da vida selvagem no Quénia

reservas, que as usavam para caça ou até mesmo como locais de culto ou sagrados. Foi o que sucedeu com os índios que foram expulsos de Yellowstone (Dowie, 2009: 5-6), que, como constatámos acima acabou por estabelecer o padrão e o modelo de como fazer Conservação em todo o mundo. O mesmo aconteceu mais tarde com diversas comunidades locais, simplesmente expulsas de territórios onde, até então, sempre tinham vivido.

Os resultados incertos destas CBNRM e o aumento da agenda do Desenvolvimento nas temáticas da Conservação levou ao actual debate que opõe soluções integradas das duas estratégias a um ressurgimento da Conservação de Fortaleza, com um regresso às trincheiras com Vida Selvagem e comunidades Humanas separadas.

Tal como referimos, na introdução deste trabalho, os problemas surgidos durante o V Congresso Mundial de Parques, de Durban, em 2003, são demonstradores de que se está muito longe de uma visão consensual no seio do debate que opõe o Desenvolvimento à Conservação, ou de outra forma, as estratégias com uma tónica mais acentuada na integração de comunidades humanas nos projectos de preservação por oposição a abordagens mais restritivas e que excluem as pessoas das estratégias de Conservação.

Tanto num lado como no outro se fala de urgência na procura de soluções. Os responsáveis pelas estratégias de Desenvolvimento Sustentável falam da urgência de acabar com a pobreza, que em África chega a situações cada vez mais preocupantes e que poderão inclusivamente trazer problemas para os *habitats* selvagens caso não se atenda a estes problemas. Do outro lado da “barricada” os defensores da separação das suas realidades, falam de uma degradação crescente da situação ecológica do continente que poderá deitar por terra diversos anos de investigação e acções no terreno que poderá ter sérias consequências para os africanos uma vez que, quebrado o equilíbrio ecológico, este significará um crescimento exponencial nos problemas relacionados com a pobreza extrema.

Um dos factos que maior controvérsia tem causado ao longo das últimas décadas é a dos refugiados da vida selvagem, que abordámos anteriormente. Apesar de não tão mediatizados e estudados como os refugiados políticos devido às sucessivas guerras que têm assolado o continente, estima-se que o número de pessoas que tiveram de abandonar as suas casas e terras em África esteja entre os 900 mil e os 14 milhões (Brockington e Igoe, 2006: 437)¹¹.

No entanto, há já uma década que o debate do Desenvolvimento *versus* Conservação veio criticar as iniciativas dos anos de 1980 na tentativa de conjugar estas duas realidades. Esta oposição veio relançar uma atitude de “regresso às trincheiras” por parte dos conservacionistas, com vários cientistas a defender AP com exclusão total de Seres Humanos. Para Bram Büscher e Wolfram Dressler, no seu trabalho intitulado *Linking Neoprotectionism and Environmental Governance: On the*

¹¹ Esta diferença nos números é apontada por Daniel Brockington e James Igoe como paradigmáticas tanto da falta de dados disponíveis como da atenção prestada a este fenómeno que se repete um pouco por todo o continente africano. A dimensão deste fenómeno leva estes autores a considerar que o problema se encontra no centro do debate que opõe Desenvolvimento e Conservação. (Brockington e Igoe, 2006: 452)

Rapidly Increasing Tensions between Actors in the Environment-Development Nexus, “In the last decade, the debate over how to bridge conservation and development has been sharpened by increasing criticism of the dominant international paradigm of community-based conservation” (2007: 587).

Garantem estes autores que,

the core arguments put forward by these critics involve the incompatibility of people and nature, the necessity of strictly enforced protected areas, biodiversity conservation as a moral imperative, the myth of ecologically friendly locals, and that the urgency of the loss of biodiversity legitimates drastic measures. The result of this 'neoprotectionism' has been an increasingly polemic debate whereby these criticisms are either defended or critiqued within the intellectual confines of scientific perspectives in conservation (Idem, Ibidem).

Para Büscher e Dressler a discussão sobre os efeitos da onda de proteccionismo no debate desenvolvimento-conservação apenas agora começou: “For one, the recent criticism of the CBC [*Community Based Conservation*] approach involves the return of a polemic debate that on the surface seems to be between nature versus people-oriented conservation” (Idem, Ibidem: 590). No fundo a questão permanece não tanto numa oposição entre pessoas e a natureza mas antes na procura de quais estratégias certas a apostar para que ambas as partes ganhem e se atinja um desenvolvimento sustentável. Um dos caminhos apontados é o de um aumento do interesse recíproco por parte das duas posições que se encontram em oposição. Desta feita, estes autores encorajam o surgimento de um maior interesse dos cientistas naturais nas questões do Desenvolvimento e de uma maior atenção prestada pelos cientistas sociais às problemáticas tradicionalmente tratadas no âmbito da Conservação (Idem, Ibidem p. 591)

No epicentro do debate que opõe Conservação e Desenvolvimento estão também as grandes organizações não governamentais internacionais (acrónimo inglês BINGO¹²) – como por exemplo a The Nature Conservancy (TNC), a Conservation International (CI) ou a Worldwide Fund for Nature (WWF). Por um lado foram, e ainda são, estas as ONGs que mais contribuíram para colocar as atenções do mundo na Conservação da Natureza desde os anos 1960 até aos dias de hoje e que compõem actualmente uma parte substancial do movimento internacional de Conservação, contudo são precisamente estas mega-instituições que patrocinam a ideia ocidental de conservação assente na exclusão de comunidades humanas dos *habitats* que necessitam de ser preservados, arrastando com isso milhões de Seres Humanos para situações de exclusão e de pobreza extrema (Dowie, 2009: xxii). As críticas às BINGO referem igualmente que essas estratégias estão a ter como resultado maior pobreza a nível global e que essa situação poderá mesmo pôr em risco precisamente os territórios que estas grandes instituições pretendem preservar.

¹² Big International Non Governmental Organizations

Apesar de terem surgido mais cedo, as BINGO começaram a crescer de forma exponencial apenas em meados dos anos de 1960 tendo a sua actuação tido novo impulso duas décadas mais tarde, nos anos de 1980, quando estas organizações estenderam a sua actuação a todo o planeta. De acordo com Dan Brockington, “a growth in the number and type of NGO, some of which were especially powerful, not only in terms of their willingness to criticize governments, private companies and international institutions for environmental failures, but also because their unique position as expert ‘knowledge brokers’ or epistemic communities allowed them to frame and define the terms of the global environmental debate” (2008: 155). A posição das BINGO nunca foi sequer posta em causa. Estas mega-instituições eram vistas como amigas do ambiente e elogiadas por todo mundo como a linha da frente no combate pela Conservação. Contudo, um artigo escrito por Mac Chapin, intitulado “A Chalange to Conservationists”, em 2004 na revista *World Watch*, viria a constituir uma pedrada no charco nesta visão que o mundo tinha das BINGO. De acordo com Chapin, “as corporate and government money flow into the three big international organizations that dominate the world’s conservation agenda, their programs have been marked by growing conflicts of interest—and by a disturbing neglect of the indigenous peoples whose land they are in business to protect.” (2004: 17).

O alerta de Mac Chapin fala das contradições da actuação no terreno das BINGO, que por um lado ajudam a salvar o Planeta mas que por outro alinham de forma directa com as lógicas dos seus financiadores, os governos e as empresas multinacionais que, em muitos casos são precisamente aquelas que maior mal causam ao ambiente. De acordo com Chapin,

Conservation requires money, and it seemed clear to environmentalists that the leading environmental organizations needed far better funding to carry out the huge mission of saving the planet from ecological calamity. There may still be truth in this belief—the conservation groups have developed admirably ambitious plans—but their growth has also brought unforeseen complexities and contradictions (Idem, *Ibidem*: 25).

De acordo com Mark Dowie, no seu trabalho intitulado “Conservation Refugees – The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples” , que começa por atestar que no debate Conservação versus Desenvolvimento é um debate de “good guy vs. good guy story” (2009: ix) acaba por ter um olhar bastante crítico em relação às BINGO. Para Dowie, “what appeals to corporate donors and their favorite banks is not only the BINGO’s willingness to work side by side with extractive corporations, and to reshape their organization, but also their ecoregional approach to global conservation” (2009: 56).

Dan Brockington, que também fala desta questão no seu livro intitulado “Nature Unbound” garante que “conservation NGOs are the means by which millions of people, mainly westerners, many of whose lives are characterized by day-to-day separation and alienation from nature, express their support and devotion to conservation causes” (Brockinton et al. 2008: 155).

Desde a criação das primeiras Áreas Protegidas até ao moderno debate Desenvolvimento-Conservação, muitos foram os intervenientes e as estratégias que pretenderam contribuir para uma maior ligação sustentável entre a vida humana e não humana, não só em África como no resto do mundo. Avaliar o que está mal e quais as verdadeiras apostas num futuro melhor para ambas as realidades – que como defendi acima são uma e a mesma – continua no centro do debate entre as várias tendências, sejam elas eminentemente do campo do Desenvolvimento ou da Conservação. Esta aparente oposição de opiniões continua, no entanto, a requerer mais e melhor atenção tanto de especialistas como das comunidades que directa ou indirectamente sofrem as consequências ou beneficiam das estratégias a pôr em prática.

Num momento em que se chegou a um consenso quanto à necessidade de preservar os recursos disponíveis do Planeta, com destaque para o continente africano, está ainda em aberto o debate que opõe Conservação e Desenvolvimento. Com uma riqueza natural impressionante e uma população largamente empobrecida, África surge uma vez mais como tabuleiro internacional onde se jogam debates e ideias que muitas vezes escapam aos próprios africanos. Mais uma vez é no Ocidente que se vai jogando o futuro dos africanos, mas já há sinais destes entrarem no debate, como o são as estratégias de preservação da vida selvagem em países como a Tanzânia, Quênia, Uganda, Botsuana, África do Sul ou Moçambique, entre outros.

Conservação e Desenvolvimento deverão ser vistos cada vez mais pelos seus intervenientes não como partes diferentes de uma guerra sem quartel mas com duas partes de um todo que merece soluções à altura de todos os seres vivos do Planeta, sejam estes Humanos, Animais ou Plantas.

Capítulo 2: A Conservação em Moçambique

“...em memória das horas inesquecíveis que passamos no mato, perto dos bichos e longe dos homens.”

*Henrique Galvão*¹³

Moçambique está localizado no sudoeste litoral do continente africano e ocupa uma área total de cerca de 790 mil quilómetros quadrados, estando delimitado a Este pelo Oceano Índico, faz fronteira com vários países como África do Sul, Suazilândia, Zimbabué, Zâmbia, Maláui e Tanzânia. Com uma população de cerca de 16 milhões de habitantes (Hatton e Munguambe, 1997: i; Anstey, 2001: 76), trata-se de um dos países mais pobres do Mundo, com uma esperança média de vida à nascença situada nos 50,2 anos e com níveis de pobreza acentuada, ocupando a posição 184^a dos 187 países que compõem a lista da UNDP para o índice de desenvolvimento humano (b 2011: 2).

Este país africano tornou-se independente de Portugal em 1975, pondo termo a um domínio que remontava ao Século XV, após uma luta armada liderada pela Frente Revolucionária pela Libertação de Moçambique (FRELIMO). Após um curto período de autodeterminação, o novo país viu-se a braços com uma guerra civil, que destruiu parcialmente o país. Entre 1980 e 1992 –o Governo central de partido único, liderado pela FRELIMO, e uma força rebelde, a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), enfrentaram-se numa guerra que colocou o país como o mais pobre do mundo durante os anos de 1980. Para além das inúmeras vidas perdidas neste conflito, as infraestruturas do país foram totalmente dilaceradas fora das grandes cidades, com gravíssimos impactos para a vida da população moçambicana. Calcula-se que o grosso da população do país, cerca de 70%, viva hoje em dia em áreas rurais (Anstey, 2001: 76), pelo que a dependência de recursos naturais é uma forte componente da economia e do sustento dos moçambicanos.

Outro dos impactos da guerra civil moçambicana foi a destruição de grande parte da fauna selvagem que antes abundava no país. Previamente ao conflito, Moçambique era amplamente reconhecido por possuir uma enorme riqueza de fauna bravia (Travassos Dias, 1975: 11), mas quando o Acordo de Roma entre a FRELIMO e a RENAMO reestabeleceu a paz (Hatton et al., 2001: 13) as inúmeras AP do país estavam agora vazias. Apesar dos altos níveis de destruição, as autoridades moçambicanas cedo reconheceram o potencial económico que a fauna e flora bravias poderiam ter para o esforço de reconstrução do país (Idem, *Ibidem*). Tal como a vida selvagem moçambicana, também as infraestruturas existentes nas Áreas Protegidas à data da independência, foram total ou parcialmente destruídas. Esta destruição chegou a níveis muito significativos em zonas que foram

¹³ Galvão, Henrique (1944) in *Da Vida e da Morte dos Bichos – Narrativas da Caça Grossa em África*

utilizadas como bases militares, como aconteceu na Gorongosa, onde a RENAMO centralizou grande parte da sua acção. (Soto, 2009: 89)

O potencial da vida selvagem moçambicana está patente em dados como o facto de a cobertura florestal do país ser de cerca de 600 mil quilómetros quadrados, num país de cuja área total apenas 7 por cento das terras são de facto cultivadas e em cerca de metade do território apenas viver uma média de 15 pessoas por metro quadrado. A estes dados juntam-se outros relativos às AP existentes: cerca de 11 por cento do país está compreendido em AP terrestres ou marinhas, cobrindo uma área total de 87 mil quilómetros quadrados (Anstey, 2001: 76), em linha portanto com o que se passa no resto do mundo (ver figura 2).

Os Parques Nacionais, Reservas e Coutadas que hoje existem em Moçambique foram criados, na maior parte dos casos, durante a década de 1960 pelo então governo-geral da Colónia de Moçambique, tendo atravessado grande parte das fases que retratámos no capítulo anterior. Moçambique não foi imune às tendências e estratégias que marcaram a Conservação no restante continente africano. Desde o advento das reservas de caça, passando pela definição de Parques ou Reservas Nacionais e mesmo pelo desenvolvimento de estratégias comerciais da fauna bravia, ou a mais recente evolução das áreas comunais ou parques transfronteiriços, Moçambique acabou por acompanhar em grande medida as inovações que, para o bem ou para o mal, estavam a ser realizadas neste campo.

Um dos casos centrais de todo o percurso da Conservação da Biodiversidade em Moçambique é o do Parque Nacional da Gorongosa, que em diversos momentos serve de exemplo para o que estava a ocorrer na então colónia portuguesa a este nível. Começou por ser declarado como Reserva de Caça em 1921, tendo sido mais tarde consagrado como Parque Nacional em 1960 (Rosinha, 1981). Diversas outras AP foram concebidas pelas autoridades portuguesas e, após a independência do país, pelos primeiros governos moçambicanos, assentes em modelos biocêntricos de exclusão total ou parcial das comunidades rurais que viviam no interior ou entorno desses territórios.

A fauna e flora bravias continuam hoje, como no passado, a ser propriedade do governo central existindo diversas limitações à sua utilização, apesar de a legislação do país ter acompanhado as mais recentes inovações no campo da gestão de recursos naturais pelas comunidades rurais. A partir dos anos de 1990, com a Paz, o Estado moçambicano tem sido sensível à promoção dos modelos de áreas comunais. De acordo com Simon Anstey, “Mozambique has considerable potential for community-based natural resource management to be one of the major forms of land use, given the large uncultivated areas with a range of natural resources and the low human population densities” (2001: 76). No período pós-guerra, o país conheceu um processo de descentralização através de nova legislação tanto a nível político como económico, que promoveram condições para um maior benefício das comunidades rurais.

Contudo, apesar do esforço legislativo, a gestão de recursos naturais pelas comunidades rurais ainda terá um longo caminho para trilhar até converter essas políticas numa melhoria substancial das

condições de vida e de subsistência das comunidades humanas que delas possam vir a beneficiar. É neste impasse que se poderão inserir mega projectos como a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo, que pretende criar um modelo holístico de AP estatais, privadas e comunitárias. Neste capítulo analisaremos as origens e as inovações criadas pelo movimento da Conservação e as suas intersecções com as populações locais e os seus direitos, bem como os modelos que hoje estão em cima da mesa para inserir as pessoas no centro das estratégias tanto da Conservação como do Desenvolvimento.

2.1 Períodos pré colonial e colonial

Apesar de haver pouca informação disponível sobre a vida selvagem e a sua utilização no período pré-colonial, acredita-se que, apesar de não existir qualquer lei escrita, estas questões eram geridas através de autoridades tradicionais que se dedicavam à regulação das actividades que diziam respeito à utilização de recursos naturais. Tal como referido no capítulo anterior, além da preservação de algumas espécies consideradas tóteme ou destinadas a comercialização (Child, G, 2004: 9), a baixa densidade populacional da grande maioria da região que compõe hoje Moçambique, levou a uma cohabitação sustentável das comunidades humanas e da flora e fauna selvagem existentes, tal como acontecia, de uma forma geral na ASS. Os bens mais importantes então comercializados seriam, como também referimos anteriormente, produtos como o marfim ou o corno de Rinoceronte, trocados por outro tipo de mercadoria proveniente do exterior da região. (Soto, 2009: 85-86; Hutton et al, 2001: 18).

Em linha com o que aconteceu noutras geografias do continente, o estabelecimento de comunidades de origem europeia, levou a um recuo da vida selvagem em locais onde anteriormente existia em abundância. Uma tendência que se foi agravando durante os Séculos XVII a XIX nos quais a caça exaustiva de Elefantes, e outras espécies, ocorria em especial nas zonas costeiras do território (Soto, 2009: 86).

Os primeiros registos que dão conta de algum tipo de política de Conservação da vida selvagem ou gestão de recursos naturais em Moçambique remontam a 1893, com uma primeira lei que regulava a caça nos territórios de Manica e Sofala, na região central da então colónia (Rosinha, 1981: 211). Uma década mais tarde, em 1903, os responsáveis portugueses de Moçambique fizeram passar legislação com o objectivo de controlar a caça intensiva que os Elefantes estavam a sofrer pelos caçadores de origem europeia. No entanto, esta legislação aplicava-se apenas à região do sul do território, na área de Lourenço Marques. Esta mesma legislação viria a ser extendida, em 1909, a todo o território moçambicano. (Soto, 2009: 86).

Um dos casos centrais de todo processo de Conservação da vida selvagem em Moçambique no período colonial é o do Parque Nacional da Gorongosa, um verdadeiro “parque-bandeira” daquele

território do então ultramar português e que ainda hoje é incontornável quando se abordam estas questões naquele país africano. Desde o seu início em 1921, como reserva de caça inserida nos territórios da Companhia de Moçambique, que governou a região durante grande parte da primeira metade do Século XX, até à sua designação final como Parque Nacional, já nas mãos do governo geral da colónia, as diversas fases da Gorongosa, e mais tarde de outras reservas e parques, atestam igualmente as mudanças que se iam verificando ao nível político, económico e social, não só em Moçambique como no resto do continente e, claro, em Portugal.

A primeira fase da Gorongosa não se inseria assim no conceito de Parque Nacional sendo antes uma Reserva de Caça na qual a fauna bravia era protegida para actividades cinegéticas para usufruto apenas dos funcionários da Companhia de Moçambique e para os seus convidados. De acordo com Armando Rosinha , “sabe-se também que Presidentes da República Portuguesa, como os Generais Carmona e Craveiro Lopes, realizaram caçadas oficiais nas áreas da Gorongosa” (1981: 220). Os documentos disponíveis situam o seu estabelecimento como “Reserva de Caça” num despacho de 18 de Outubro de 1920, da então Companhia de Moçambique, na qual o seu governador, João Pery de Linde, instituindo o seguinte: “Convindo reservar a maior parte da Circunscrição (Gorongosa) para a caça somente, desejo que o Chefe de serviços de Agrimensura informe sobre o assunto o que se lhe oferecer” (Idem, Ibidem) . Consequentemente foi reservada uma parcela de perto de 1.000 km² para a protecção da fauna daquele território, numa portaria de 2 de Março de 1921. Mais tarde esta área foi ampliada para um total de 3.200 km² através do Decreto nº26:076 de 21 de Novembro de 1935 (Idem, Ibidem; Decreto Nº 26:076, 1955).

Apesar de o objectivo inicial desta primeira fase da Gorongosa não fosse eminentemente o da Conservação, este foi o primeiro passo para o estabelecimento do futuro Parque Nacional, aí sim com objectivos proteccionistas das suas fauna e flora bravias. Para Rosinha “é bom não esquecermos de que a Companhia de Moçambique era uma empresa de exploração e que, dentro desses objectivos, explorou de facto, e em grande escala a fauna bravia” (Idem, Ibidem) .

A segunda fase da Gorongosa situa-se entre os anos de 1948 e 1960, fase em que a ainda Reserva de Caça passa da alçada da Companhia de Moçambique para a jurisdição do governo colonial através da Comissão Central de Caça. Este período surge como antecâmara ao estabelecimento do futuro Parque Nacional e a uma política de protecção total à fauna bravia. Durante este período fizeram-se diversos investimentos na Gorongosa, com destaque para o desenvolvimento das infra-estruturas do Chitengo (o acampamento principal da Reserva) e a sua exploração comercial desde 1957 pela Sociedade Comercial de Manica e Sofala e pelo estabelecimento de uma zona tampão de protecção à fauna bravia de 12 quíómetros quadrados ao redor da Gorongosa (Rosinha, 1981: 221-223). Para além de um maior desenvolvimento das infraestruturas da Reserva, a transformação mais significativa deste período teve mesmo a ver com a posse daqueles territórios. Com o termo da concessão da Companhia de Moçambique, o Estado português tomava agora as rédeas da governação

de Manica e Sofala, tendo nos seus objectivos a valorização e desenvolvimento da Gorongosa para propósitos cinegéticos.

Como também já referimos anteriormente, Portugal participou na Convenção de Londres de 1900 (GiBibl, 2006: 128), mas apenas após a segunda cimeira marcada na mesma cidade inglesa, no ano de 1933, se produziram resultados práticos para a proliferação de áreas protegidas em Moçambique. A disseminação deste modelo de Conservação da Biodiversidade foi assim regulado com a aprovação de uma lei que tratava da Conservação de espécies e territórios da fauna e flora bravias das colónias portuguesas, duas décadas mais tarde, através da Legislação Base da «Protecção da Natureza no Ultramar Português» - Decreto nº 40 040, de 20 de Janeiro de 1955 (Baeta Neves, 1972: 14). É um momento decisivo não só para a política que as autoridades portuguesas escolhiam adoptar, mas igualmente na forma como a visão ocidental, na qual Portugal se inseria, estava a contribuir, uma vez mais, para a aplicação no terreno de valores que não eram partilhados, em grande medida, pelas populações locais que, directa ou indirectamente, sofriam as suas últimas consequências.

Apesar da disputa que se ia verificando entre os campos da Conservação e do Desenvolvimento – segundo Armando Rosinha a dicotomia das opções portuguesas no campo do desenvolvimento económico era “ou caça ou gado” (1981: 219) – Portugal acabou por reservar parte das suas energias para a protecção da fauna e flora bravias, com motivos alinhados com as das outras potências com colónias no continente. (Soto, 2009: 87).

A terceira e última fase da Gorongosa, que vai de 1960 até à independência de Moçambique em 1975 é talvez a que maiores transformações teve e que catapultou aquela reserva para a fama que alcançou por todo mundo. Esta fase fica marcada pela transformação da Gorongosa definitivamente em Parque Nacional. Contudo, para se compreender esta transformação, teremos que recuar até 1955, ao já mencionado Decreto 40:040, no qual a legislação para Moçambique é harmonizada relativamente aos preceitos da já citada Convenção de Londres de 1933 – e, conseqüentemente, em relação à sua actualização na Convenção de Bukavu da então já criada IUCN, em 1953 (Dec. 40:040, 1955: Art. 7º). Neste documento, publicado no Boletim Oficial de Moçambique pode ler-se que “impôs-se levar a efeito a instauração do sistema preconizado internacionalmente” (Idem, Ibidem: Art. 6º), levando assim a uma maior aproximação da estratégia portuguesa para os territórios do Ultramar àquilo que estava a ser praticado no resto do continente africano.

De acordo com Armando Rosinha, “este Decreto 40:040 introduziu diversas inovações na protecção da flora, da fauna, dos solos e, até, das águas interiores, a na parte que nos diz mais respeito, estabeleceu que os problemas da fauna passariam para a jurisdição dos Serviços da Veterinária, e os problemas da flora e águas interiores para a jurisdição dos Serviços de Agricultura e Florestas” (1981: 224).

No entanto, será preciso esperar até 1960, ano em que o Decreto 40:040 é verdadeiramente implementado em Moçambique, aquando da passagem dos assuntos da fauna da Comissão Central de

Caça para os Serviços de Veterinária, que por sua vez criaram a Repartição Técnica da Fauna (Idem, *Ibidem*). No Diploma Legislativo nº 1993 (de 23 de Julho de 1960, assinado pelo Governador-Geral de Moçambique, Pedro Correia de Barros) pode ler-se “tornando-se necessário estabelecer um verdadeiro Parque Nacional por meio do qual se realize em bases científicas a protecção real da natureza no seu triplo aspecto – solo, flora e fauna – de acordo com o Decreto nº 40:040, de 20 de Janeiro de 1955 [...] Artigo 1.º é criado o Parque Nacional da Gorongosa, nos termos do 1.º do artigo 12.º do Diploma Legislativo nº 1982, de 8 de Junho de 1960”¹⁴ (Diploma Legislativo 1993, 1960: 30).

A classificação da Gorongosa como Parque Nacional levou a um maior desenvolvimento das infraestruturas turísticas e com isso a uma afluência ao parque de 12.219 turistas em 1968 contra os apenas 1.361 registados em 1952 (Rosinha, 1981: 224). Segundo Armando Rosinha, “o desenvolvimento turístico (...) prosseguia, sempre como preocupação dominante. O Parque será como que uma ‘montra’ da Colónia e nenhum visitante oficial vinha a Moçambique sem que o seu programa de visita incluísse uma estadia no Chitengo” (Idem, *Ibidem*: 227)

Em Moçambique, a maior parte dos parques nacionais, reservas e coutadas oficiais de caça foram estabelecidas nas décadas de 1960 e 1970, portanto antes da independência (Soto, 2009: 86). A rede de AP que ainda hoje perdura contava neste período já com quatro Parques Nacionais (Gorongosa, Bazaruto, Zinave e Banhine), cinco Reservas Nacionais (Maputo, Pomene, Marromeu, Gilé e Niassa) e treze Coutadas.

Também nesta década, que era já marcada pela guerra que opunha Portugal ao movimento de libertação FRELIMO, em 1964, o governo colonial emitiu nova legislação através de um decreto que definia cinco novos tipos de zonas de protecção da vida selvagem: parques nacionais, reservas naturais integrais, reservas parciais, reservas especiais e zonas de vigilância especial (Soto, 2009: 86; Diploma Legislativo nº 2496, 1964).

No que toca directamente à gestão da vida selvagem, tal como noutras partes de África, o governo colonial levou a cabo diversas operações de abate como forma de controlo de doenças provenientes de animais bravios. Entre 1949 e 1969 as autoridades de Lourenço Marques empreenderam abates oficiais com vista à eliminação de cerca de 180,000 mil herbívoros selvagens na região do rio Save, com o objectivo de controlar a propagação da mosca Tsé-Tsé no sul da colónia. (Soto, 2009: 87-88). Estas operações tinham o objectivo mais amplo de criar condições para o desenvolvimento de investimentos pecuários e agrícolas, e assim ganhar território à vida selvagem como forma de desenvolver o potencial económico de Moçambique (Soto, 2009: 87; Rosinha, 1981: 219).

O abate de animais bravios para obtenção de carne foi igualmente realizado durante os anos de 1940 a 1960, em Marromeu. Nesse período trabalharam na reserva 13 caçadores profissionais, cada

¹⁴ Diploma Legislativo nº 1993 (1960) No artigo referido pode ler-se que “parques nacionais são áreas sujeitas a direcção e fiscalização públicas, reservadas para a propagação, protecção e conservação da vida animal selvagem (...) para benefício e para recreação do público (...)”.

um com uma quota de 200 búfalos e 35 elefantes, e que produziram cerca de 1000 toneladas de carne para abastecer os trabalhadores das plantações agrícolas da região da Zambézia. (DNFFB, 1991) (Soto, 2009: 88)

Ainda antes da independência, as autoridades portuguesas introduziram legislação com vista a atividades para a comercialização da fauna bravia, inspirada por práticas de fazendas do bravio, ou seja, propriedades privadas com objectivos cinegéticos (Castro Amaro, 1972: 59-60), que estavam já em desenvolvimento uma década antes nas vizinhas África do Sul e na Rodésia (Soto, 2009: 88). Estas fazendas do bravio não tiveram contudo um grande desenvolvimento devido aos avultados montantes necessários para o seu estabelecimento e pelo facto de a caça nas coutadas oficiais ser uma forma mais económica e competitiva para a obtenção tanto de carne como de troféus (Soto, 2009: 88). Outra das dificuldades que muitas vezes não é referida é o facto de a guerra de guerrilha que se espalhava um pouco por todo o território se aproximar cada vez mais para o seu apogeu, o que tornava as condições de investimento cada vez mais inseguras, principalmente em locais remotos e longe dos centros urbanos e da protecção do exército português.

Outro dado relevante para a história da Conservação em Moçambique que importa referir teve a ver com a visão eminentemente ecológica que começava a brotar no pensamento dos responsáveis pelas AP. Com referimos anteriormente, nos finais da década de 1960, o Parque Nacional da Gorongosa contratou o ecólogo Kenneth Tinley para estudar e definir os limites ecológicos do Parque. Entre outras medidas, o relatório aconselhava incluir dentro das fronteiras a Serra da Gorongosa e a exclusão de comunidades humanas dos limites do Parque (Rosinha, 1981: 229). Estas medidas não chegaram a ter efeito prático no Parque uma vez que alastrava o conflito entre Portugal e os movimentos de libertação de Moçambique.

No momento da independência e após um conflito armado perpetrado por Portugal e a FRELIMO, não havia notícia de grande destruição (Hatton et al., 2001:13). No final da administração portuguesa de Moçambique, a área total protegida chegava aos 92,200 quilómetros quadrados (Soto, 2009: 86), podendo mesmo dizer-se que o sistema criado então pelas autoridades coloniais é em grande parte aquele que ainda hoje vigora no país. Do total de áreas protegidas, 61% eram Coutadas Oficiais e 39% para Parques Nacionais e Reservas de Vida Selvagem (Idem, Ibidem).

2.2 Pós-Independência e Guerra Civil

A partir da independência de Moçambique, alcançada a 25 de Junho de 1975, um novo período eclodiu em todos os sectores da vida do novo país. Este momento crucial trazia desafios enormes aos novos governantes da agora antiga colónia portuguesa. Apesar de um curto período de paz, marcado pela governação centralizadora de partido único promovida pela FRELIMO, o país caiu poucos anos depois em desgraça com uma guerra civil que destruiu não só muitas vidas humanas

como uma grande parte dos recursos naturais, como é o caso particular da fauna selvagem, principalmente ao nível de grande mamíferos.

Outro dado importante deste período, e no que à Conservação diz respeito, foi a partida de diversos profissionais portugueses dos mais diferentes âmbitos que geriam a vida selvagem em Moçambique. Logo após a independência, estabeleceu-se um vazio no que toca à gestão de recursos naturais, nos quais se incluíam os gestores dos parques, e demais responsáveis deste sector. Como recordam Hatton et al.:

Following Independence most trained Portuguese nationals left Mozambique and capacity across all sectors was critically weak including the forestry and wildlife sectors. During the ensuing armed conflict, management of natural resources broke down in many areas inside and outside of protected areas, where local communities were forced to flee, protected areas were abandoned, and government controls ceased (2001: 14).

Os novos tempos de mudança mantinham, no entanto, traços do passado colonial. Com a independência, o governo moçambicano nacionalizou toda a fauna bravia (Soto, 2009: 88), como fez aliás com o restante da economia do país. Apenas em 1977 o novo governo independente reviu a legislação sobre a vida selvagem que tinha estado em vigor durante o período colonial, através da “Legislação Sobre as Actividades da Caça” (Idem, Ibidem). Esta revisão permitia a utilização da fauna bravia pela população, sendo vista como um recurso natural renovável de alto valor económico. As populações poderiam agora obter carne bravia através de cooperativas que obteriam preços baixos na obtenção de licenças de caça. No entanto, estas cooperativas não resultaram numa utilização generalizada e ordenada, uma vez que, com a excepção da área de Marromeu, houve problemas quanto à formação deste tipo de organizações no terreno (Idem, Ibidem).

Entre 1976 e 1981, o governo moçambicano desempenhou igualmente operações oficiais de abate de animais selvagens para a obtenção de carne. Através de uma empresa estatal, a Empresa Moçambicana de Fauna, levou a cabo nestes anos aquilo que ficou chamada a “Operação Búfalo” que, partindo do pressuposto de que as grandes manadas que naquela zona ainda abundavam, poderiam servir para a obtenção de carne bravia. Nesse período foram abatidos 3 mil búfalos e também outros animais selvagens, como é o caso do namedouro, mas em menor número do que os anteriores. (Soto, 2009: 89).

A Empresa Moçambicana de Fauna levou ainda a cabo operações semelhantes no sul do país, com o abate de inhalas e impalas que depois viriam a ser vendidos como carne bravia aos hotéis da capital do país, Maputo. O mesmo também aconteceu com operações de abate de outras espécies bravias como a caça a hipopótamos e crocodilos no Rio Zambeze, na região central de Moçambique, durante este período (Idem, Ibidem).

O período que marcou de forma trágica o destino da vida selvagem foi a guerra civil entre as forças governamentais da FRELIMO e o movimento rebelde RENAMO. De 1976 a 1992, este conflito destruiu grande parte das infraestruturas existentes em Parques Nacionais e Reservas, aniquilou boa parte dos animais selvagens existentes tanto fora como dentro das AP e impediu que as autoridades de Maputo, ou quaisquer outras, tivessem controlo no terreno. A vida selvagem moçambicana foi virtualmente eliminada durante a guerra civil (Soto, 2009: 89; Hatton et al., 2011: 11) e quando o conflito cessou pouco restava. A guerra civil levou a que toda a estrutura da fauna bravia fosse afectada, com excepções para zonas remotas como a província do Niassa (ainda hoje existem populações em grande número nesta província do norte do país) e regiões insulares, como é o caso do arquipélago do Bazaruto, entre outros (Hatton et al., 2001: 14).

Na maioria do território moçambicano, a vida selvagem pura e simplesmente desapareceu, com maior destaque para a megafauna que já não pontuava zonas do interior ou mesmo fora das AP. Esta matança em grande escala foi feita não só por populações que precisavam deste recurso para a sua sobrevivência, mas também das tropas dos dois lados do conflito. Nas zonas em que estas estiveram baseadas, tanto elementos pertencentes à FRELIMO como à RENAMO, dizimaram enormes quantidades de animais bravios, como foi o caso do Parque Nacional da Gorongosa (Cumming, 2004: 109; Hatton, 2001: 11).

A percepção da vida selvagem durante a guerra civil é que esta era um recurso disponível, pelo que foi quase totalmente eliminada tanto pelas autoridades moçambicanas como pela oposição e de forma livre pelas populações que, perante a ausência de alternativas, recorria a esta forma de subsistência. Contudo, a utilização da vida selvagem não se ficava apenas pela obtenção de carne. Muitos elefantes e rinocerontes foram mortos para a obtenção do precioso marfim, um recurso importante para o financiamento do esforço de guerra feito pelas duas partes em conflito. (Soto, 2009: 89).

Ainda durante o conflito, as autoridades moçambicanas levaram a cabo operações oficiais de abate de animais selvagens com o objectivo de adquirir carne para alimentação. Apesar do abate de cerca de 30,000 animais na área de Marrumeu, em 1985, as populações de búfalos e outros herbívoros continuavam ainda fortes neste período. Contudo, no final da guerra civil, 95 por cento de espécies como o búfalo, a redunca, o namedouro, o hipopótamo e a zebra, outrora abundantes naquela região, tinham desaparecido. Espécies como o rinoceronte, a chita e a girafa foram dados como localmente extintos em todo o país quando o conflito cessou. (Idem, *Ibidem*). Em contraste com este cenário de desolação completa, devido ao abandono de quintas e campos cultivados, várias extensões de território foram reconquistadas pela floresta ou pela savana, devido ao abandono de campos anteriormente utilizados para a agricultura (Idem, *Ibidem*).

2.3. Paz e Reconstrução

O restabelecimento da Paz chegou a Moçambique em 1992, após a assinatura dos Acordos de Roma, em Outubro desse ano. Quando as armas se calaram finalmente, o mato estava em grande parte vazio de animais de grande porte. Outro efeito importante foi sentido pela população moçambicana, em especial nas zonas rurais, mais afectadas pelo conflito: estima-se que durante a guerra civil de Moçambique, que teve uma duração de 16 anos no seu total, cerca de 50 por cento da população rural foi deslocada como refugiados de guerra para as principais cidades e os seus arredores (Hatton et al., 2001: 11) e uma enorme porção das infraestruturas do país estava parcial ou totalmente destruída (Anstey, 2001: 75).

O período imediatamente a seguir aos acordos de paz ficou marcado pelo regresso de muitos refugiados às terras onde antes viviam. Esta fase foi igualmente de exploração não controlada dos recursos naturais disponíveis (Hatton et al., 2001: 14). Nesta altura era necessário que as autoridades, responsáveis pela fauna e flora bravias do país, voltassem a dominar as zonas que tinham sido deixadas ao abandono com a guerra e fazer um enorme esforço de reconstrução.

De acordo com Hatton et al.,

The period immediately following the onset of peace in 1992 was characterized by largely uncontrolled exploitation of forestry and wildlife resources in many areas. This accompanied the progressive de-mining of rural areas and the rehabilitation of roads and bridges. The Forestry and Wildlife Services were critically understaffed and lacked the necessary operational support to control the harvesting of natural resources in the immediate post-war period (2001: p.15).

No mesmo ano de 1992, foram aprovadas políticas para a conservação da vida selvagem que, num esforço de procurar reatar com o período anterior à guerra, funcionava ainda de forma centralizada e sem informação do terreno relativa aos níveis de destruição da vida selvagem que teve lugar nos anos do conflito armado. Realizaram-se, no âmbito destas políticas, as primeiras vistorias às zonas afectadas e os planos iniciais de recuperação das AP até então decretadas durante a época colonial, isto apesar do pouco conhecimento que havia da situação real (Soto, 2009: 90), uma vez que durante a guerra o reconhecimento do terreno era praticamente impossível devido a razões de segurança (Hatton et al., 2001: 15) e uma vez que a guerra de guerrilha se travava em diversos locais simultaneamente.

Contudo, durante os anos de 1990 ocorreu uma viragem completa no discurso e nas acções das autoridades moçambicanas em relação à gestão da fauna e flora selvagens. Se em 1992 se falava de um reforço no combate aos caçadores furtivos, que contribuíam para o delapidar dos recursos naturais de Moçambique, lembrando discursos mais consonantes com uma abordagem de Conservação de Fortaleza, no final da década todos os programas se voltavam para a participação das comunidades

locais na gestão de recursos naturais. Como nota Simon Anstey, o ‘caçador furtivo’ tinha-se transformado em poucos anos num ‘participante’ (2001: 74).

Esta viragem completa no discurso e nas políticas do Estado central, devem-se também em parte ao facto de não existirem, neste período, muitos profissionais que soubessem como resolver os problemas da fauna e flora selvagens, estando assim mais permeável a influências de ONG e instituições estrangeiras que já falavam em dar maior atenção à componente humana nas estratégias de Conservação.

Como Pekka Virtanen afirma,

As the previous conservation administration had relied largely upon Portuguese experts, Mozambique had practically no national capacity to rehabilitate its system of conservation areas. On the other hand, international NGOs such as the World Conservation Union (IUCN), the Endangered Wildlife Trust (EWT) and the Ford Foundation were quite willing to provide expertise and even some financial support, provided that a new conservation policy based on the CBNRM was adopted (2005: 3).

Durante este período as autoridades moçambicanas começaram a delinear políticas de recuperação e gestão da vida selvagem que incluíam a componente humana nos modelos a aplicar. Durante a elaboração de novas políticas foi dada ênfase à inclusão de outras partes interessadas fora do estado central, como privados e comunidades locais, como aliados fundamentais das estratégias de recuperação e gestão da vida selvagem. Esta é uma altura em que se reforçam as intenções para a criação de Áreas de Conservação Transfronteiriças, no âmbito do apoio entre Estados (Soto, 2009: 90), que iremos tratar mais à frente.

De acordo com Bartolomeu Soto, “the new policy entered into force in 1996 and remains valid, and its goal is to conserve, utilize and develop forests and wildlife resources to gain social, ecological and economic benefits for present and future generation of Mozambicans (Soto, 2009: 90). Este período fica assim marcado pela entrada em Moçambique de modelos e estratégias como é o caso do CBNRM, que, como referimos no capítulo anterior, surgiram no continente africano no início dos anos de 1980.

Esta nova política promovia, entre outras acções, a inclusão de comunidades locais organizadas para a gestão de recursos naturais, desde produtos florestais à fauna bravia e ao envolvimento de privados e ONGs como participantes deste esforço comum (Soto, 2009: 90). De acordo com Simon Anstey, as reformas mais importantes foram: as alterações à constituição que permitiram uma democracia multi-partidária e que promoveram descentralização; a transferência de poderes para estruturas locais democraticamente eleitas; a Política da Terra de 1995 e a Lei da Terra de 1997 que incluíam a devolução de direitos sobre territórios e os seus recursos naturais às populações locais; direitos de participação na gestão de recursos naturais; linhas gerais da Lei do Ambiente de 1997 que traçou as primeiras linhas da legislação ambiental do país; entre muitas outras

linhas gerais da administração do território e da gestão da fauna e da flora bravias (Anstey, 2001: 77-78).

O primeiro projecto de gestão comunitária de recursos naturais, ou CBNRM, teve lugar em Tchuma Tchato, em 1995. O número de projectos teve um enorme incremento após esta primeira iniciativa. De acordo com Isilda Nhantumbo e Simon Anstey, os projectos com esta abordagem eram 32 em 1998 e chegariam, em 2001, a um total de 42 iniciativas no seu conjunto (2009: 260). Contudo, um estudo citado por estes autores, apontava para o facto de apenas 12 por cento destes projectos serem realmente centrados na atribuição de direitos concretos às comunidades locais, sendo os restantes apenas voltados para a atribuição de alguns benefícios sobre os recursos naturais das zonas em que viviam (Idem, Ibidem).

A entrada em força dos projectos centrados nas comunidades locais surgiu igualmente como resposta a outro problema que a guerra civil causou a nível social e político. As autoridades tradicionais, nas quais acentava grande parte da implementação da autoridade estatal no tempo colonial, não resistiu aos anos de independência e conflito armado. Os constantes movimentos de populações de umas regiões para as outras, como deslocados de guerra, levaram à desagregação destas autoridades em vários locais de Moçambique, contribuindo para um maior crescimento de projectos de CBNRM nos anos 1990 (Hatton et al., 2001: 11-12).

No que diz respeito ao arranjo institucional ao nível do Estado central nas questões relativas às AP, o cenário poderá muitas vezes ser confuso. Para o compreendermos precisamos de recuar até 1975, em que a responsabilidade por estes territórios dizia respeito ao Departamento de Veterinária, altura em que esta responsabilidade passou a ser da Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia (DNFFB), ligada ao Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). Em 2001, o governo moçambicano transferiu a responsabilidade pelas áreas de conservação com potencial turístico do MADER para a Direcção Nacional das Áreas de Conservação (DNAC) afecto à tutela do Ministério do Turismo (MITUR). Contudo, o MADER permaneceu com a responsabilidade sobre as fazendas do bravo, para a emissão de licenças para safaris de caça e para licenças de caça a moçambicanos fora das coutadas oficiais, o que levou a alguma confusão dentro e fora do governo (Soto, 2009: 93-94).

Cinco anos mais tarde, em 2006, o MITUR foi por um breve período responsável pela gestão dos conflitos homem-vida selvagem, mas esta responsabilidade já era desempenhada pelo MADER pelo que voltou a ser por ela desempenhada depois de meses de discussão no seio do governo (Idem, Ibidem). Apesar desta ambiguidade, o MITUR proclamou diversas AP, como o Parque Nacional do Limpopo e o Parque Nacional das Quirimbas, a Reserva Nacional de Chimanimani e várias outras zonas de património histórico e cultural ao redor desta reserva (Idem, Ibidem).

Seja devido a problemas institucionais ao nível do Estado central ou por falta de informação das populações rurais, o facto é que, apesar de haver uma legislação inovadora em relação aos direitos

das populações, os resultados são ainda pouco encorajadores. No entender de Isilda Nhantumbo e Simon Anstey,

The current debate, however, is whether the rights gained by the communities are indeed giving them the sense of ownership that is an understanding of the rights, ways to use them and to exploit the economic opportunities thereafter. There seems to be a missing link for the realization of the expected social, political and livelihood benefits, such as strengthening of local institutions, participation in decision making over the use of resources, creation of employment and income generation, which should combine to help reduce poverty among communities (Nhantumbo e Anstey, 2009: 259-260)

Esta realidade contrasta com os esforços legislativos das autoridades de Maputo mas abrem a porta a um debate que se enquadra no centro da problemática estudada no capítulo anterior, sobre os impactos das AP nas comunidades locais que lhe estão próximas e nos debates que opõem estratégias de Conservação e Desenvolvimento.

2.4 Discussão

Como pudemos realçar ao longo deste capítulo, Moçambique acompanhou grande parte das transformações ocorridas no campo da Conservação no restante continente africano. Do período colonial, que se baseou numa visão eminentemente europeia dos problemas africanos, mais identificada com a já referida “Conservação de Fortaleza”, passando pelo período pós independência ainda inspirado nos modelos anteriores, Moçambique entrou, após a guerra civil e a devastação que esta provocou, na era dos projectos de Conservação comunitária que pretendem levar benefícios às populações locais.

Este passo poderá mesmo ser crucial para que exista uma base de apoio que veja na vida selvagem, não uma ameaça, mas antes uma oportunidade, a forma alternativa de desenvolvimento económico e social das populações rurais. Como defende Bartolomeu Soto “the protected areas that were created with wider objectives, including the protection of wildlife, habitats and ecosystems are seen as the source of multiple benefits, including social and economic benefits” (Soto, 2009: 85)

Mas se Moçambique enveredou por políticas que promovem o aproveitamento da vida selvagem como forma de subsistência das comunidades rurais, em alternativa ou complemento à agricultura e à pecuária, o facto é que a maioria das AP é ainda constituída por Parque Nacionais, Reservas e Coutadas oficiais que, à partida excluem a componente humana. A centralidade deste debate ganha uma importância ainda maior pelo facto de, apesar de na legislação moçambicana não ser contemplada a vida das pessoas no interior da área protegida, praticamente todos os Parques ou Reservas, terem residentes hoje em dia (Idem, Ibidem: 91).

Contudo, a passagem à legislação de políticas que promovem a conservação comunitária tem levado, em muitos casos, um tempo excessivo e a sua chegada ao terreno não tem estado ao nível do grau de vanguarda que esta encerra nos seus modelos. De acordo com Simon Anstey “the most serious aspect of the current situation is that while the relevant laws may have been enacted none of them have necessary regulations approved to put them into effect (a ‘necessarily vague’ situation) (Anstey, 2001: 78).

Para todos os efeitos, Moçambique tem um enorme potencial para promover a integração das comunidades rurais nas estratégias de Conservação uma vez que, para além da grande riqueza de recursos naturais (Nhantumbo e Anstey, 2009: 272), poderá aproveitar a recuperação das suas AP para objectivos alinhados com o Desenvolvimento.

No próximo capítulo, abordaremos em detalhe um destes projectos: a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo, os passos que levaram ao seu planeamento e faremos igualmente um balanço sobre os impactos que promove junto das populações locais e com que estas se poderão deparar na sua aplicação no terreno.

Capítulo 3: O Grande Limpopo

"I know of no political movement, no philosophy, no ideology, which does not agree with the peace parks concept as we see it going into fruition today. It is a concept that can be embraced by all".

*Nelson Mandela*¹⁵

A 9 de Dezembro de 2002, na cidade de Xai-Xai, em Moçambique, três chefes de Estado africanos assinavam conjuntamente um tratado internacional tripartido para a criação do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo. Armando Guebuza, presidente de Moçambique, juntamente com os seus homólogos, Thabo Mbeki, da África do Sul e Robert Mugabe, do Zimbabué, fechavam assim o contrato para o estabelecimento de uma enorme porção de território com cerca de 35 mil km² que ligaria o recentemente criado Parque Nacional do Limpopo (anteriormente a coutada de caça nº16), em Moçambique, o Parque Nacional do Kruger e o Parque Contratual de Makuleke, na África do Sul, e o Parque Nacional de Gonarezhou e outras áreas de Conservação existentes entre este e o Kruger, no Zimbabué. Nascia assim o Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTFGL) (Whande e Suich, 2009: 376, Tratado, 2002) (ver figura 3).

A assinatura deste tratado internacional foi por um lado o culminar de um longo processo para juntar três grandes AP dos países envolvidos, mas por outro lado deixava para já de fora um plano ainda mais ambicioso, que dois anos antes tinha sido proposto e que surge, no entanto, contido no Tratado de Xai-Xai. Trata-se da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo (ACTFGL) que, para além da simples junção daqueles Parque Nacionais contíguos, propõe adicionar mais dois Parques Nacionais, o Banhine e o Zinave, ambos em Moçambique, e ainda outros territórios pertencentes a proprietários privados e a comunidades locais, que passarão, caso sejam efectivamente adicionados, a ser dedicados a actividades relacionadas com a Conservação (Whande e Suich, 2009: 376) (ver figura 4).

Apesar de esta Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF), ter como núcleo previsto o Parque Transfronteiriço (PTF) proclamado em 2002, o modelo pretende criar uma das maiores AP de todo o mundo incluindo estratégias que vão muito para além daquelas que encerram a dos Parques Nacionais, promovendo a Conservação como modo de uso da terra a privados e comunidades locais. A ACTFGL terá assim uma dimensão total de 100.000 quilómetros quadrados dedicados à Conservação da Biodiversidade e ao Desenvolvimento Sustentável (Wolmer, 2003: 9).

De acordo com o Tratado de Xai-Xai, no seu artigo 3º, ponto 2, "the area adjacent to the Transfrontier Park, comprising compatible conservation areas but not lending itself to formal

¹⁵Peace Parks Foundation (Citação retirada da página na internet em: <http://www.peaceparks.org/>)

integration with the Transfrontier Park, shall be managed as a Transfrontier Conservation Area” (Tratado, 2002). Este artigo define igualmente quais os locais a serem incluídos na ACTFGL: em Moçambique, para além do Banhine e do Zinave, estão incluídas as áreas vizinhas de Massingir e Corumana e também todas as áreas que, apesar de até agora nunca terem sido alvo de protecção específica, se encontram nos territórios que ligam os diferentes Parques Nacionais. O mesmo artigo refere, em relação à África do Sul e ao Zimbabué, que as zonas que formarão a ACTFGL naqueles países serão as diversas áreas de conservação privadas ou públicas directamente vizinhas às AP que constituem o PTFGL (Idem, Ibidem).

O plano agora estabelecido teve uma recepção positiva por parte dos diversos actores do movimento internacional da Conservação (Wolmer, 2003). Em poucos anos, o conceito defendido por uma Organização Não Governamental (ONG) baseada na África do Sul, a Peace Parks Foundation (PPF), de ligar diversas Áreas Protegidas além fronteiras, começou, finalmente, a ser implementado no terreno.

Com o apoio de instituições internacionais como a IUCN, o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas ou vários países ocidentais, os valiosos donativos que a Conservação proporciona a diversos Estados africanos começaram a seguir a ideia de criar grandes massas de terra dedicadas à preservação da Natureza.

As imagens difundidas por todo o mundo do gesto que estes três países acabavam de fazer, ecoaram pelos meios de comunicação social dos países mais ricos do hemisfério norte cujas opiniões públicas (na maior parte dos casos doadores indirectos destes programas de auxílio internacional) estão sempre ávidas por histórias de sucesso num mundo que tantas vezes vira costas à preservação da biodiversidade. Os espectadores europeus e norte-americanos voltavam a ter boas notícias de África e particularmente de Moçambique, de que até agora apenas havia livros e imagens amareladas pelo tempo e que, mais de uma década de guerra civil, no período pós-independência, se tinha encarregado de as relegar definitivamente para a prateleira das memórias.

Dos três países signatários, Moçambique era provavelmente à data, aquele que menos imagens tinha proporcionado do espectáculo do mundo Natural, sendo antes mais conhecido por crises humanitárias e pobreza extrema. No entanto, Moçambique fora outrora um território famoso em todo o mundo pela enorme quantidade de Elefantes, Leões, Rinocerontes, Zebras e Gnus que existiam nas suas planícies. Não só a Gorongosa, verdadeira montra da então colónia portuguesa, mas muitos quilómetros quadrados de território que antes da guerra civil eram de uma forma ou de outra protegidos para fins ligados à Conservação. Apesar de a vida selvagem moçambicana ter agora uma imagem desoladora de parques nacionais e coutadas despidas de vida, o país voltava à ribalta do esforço internacional pela preservação.

O facto de, ao contrário do PTFGL, a ACTFGL não ter ainda sido alvo de implementação no terreno, tem levado diversos autores a duvidar não só da sua implementação como a alertar para o facto de as comunidades locais terem que ser tidas em conta em toda a estratégia. A componente

Moçambicana do Grande Limpopo é talvez, pelo facto de ser maior e por ter muitas pessoas a viver nessas áreas, um dos pontos cruciais ao sucesso do plano no seu todo.

Neste capítulo, iremos visitar não só os conceitos que estão na base do projecto do Grande Limpopo, bem como os passos que têm sido dados pelos seus promotores e os impactos que, tanto o já proclamado PTFGL, como a projectada ACTFGL, terão na vida e estratégias de sobrevivência das comunidades locais que vivem actualmente no seu interior ou entorno. Iremos focar esta análise nas diferenças dos modelos de PTF e ACTF.

3.1 Modelos Transfronteiriços

Áreas de Conservação Transfronteiriça (ACT), Parques Transfronteiriços (PTF) ou Parques contíguos, são abordagens que, apesar de reportarem a modelos e estratégias de implementação no terreno diferentes, apontam para o conceito base que os une: trata-se de Áreas Protegidas (AP) que atravessam as fronteiras políticas de dois ou mais Estados (Thorsell, 1990: 5).

Nas últimas décadas, estes conceitos têm estado no centro das estratégias de Conservação na África Austral. Diversas zonas junto às fronteiras de diferentes Estados têm sido alvo de planos e implementação de modelos Transfronteiriços. No entanto, este conceito não é totalmente novo. Em 1988 a IUCN tinha já promovido esta estratégia, através da Comissão para Parques Nacionais e Áreas Protegidas (Hanks, 1997: 134). De acordo com Jim Thorsell, no final dos anos de 1980 existiam já pelo menos 70 locais no mundo inteiro onde AP se uniam através de fronteiras, envolvendo 65 países diferentes (1990: 5).

A nomenclatura que tem sido utilizada até agora é vasta e em alguns momentos chega mesmo a ser confusa. Um dos conceitos que tem servido de base a muita literatura sobre modelos transfronteiriços de conservação é o de Gestão de Recursos Naturais Transfronteiriços, ou, no original, Transboundary Natural Resource Management (TBNRM)) (Wolmer, 2003: 2). As ligações com a CBNRM são evidentes (Wolmer, 2003: 9; Whande e Suich, 2009: 374), pelo que tem sido apontado como o mais recente modelo numa linha evolutiva de estratégias de Conservação que integra o Desenvolvimento Sustentável. A Conservação Transfronteiriça surge assim como a mais inovadora das abordagens do movimento de Conservação (Wolmer, 2003: 7).

De certa forma, a inovação estará mais na junção de diversos modelos e a sua interacção do que numa novidade *per se*. Isto porque a ideia subjacente a esta estratégia é a de juntar grandes porções de território, agregando diversas AP, que vão dos modelos mais tradicionais controlados pelos Estados, como por exemplo Parque Nacionais e Reservas Nacionais, a outros mais recentes como é o caso de áreas pertencentes a privados ou terras ocupadas por comunidades rurais. Na prática este modelo assume a designação de Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF), e integra de uma

forma complementar todos os modelos em prática na África Austral (Munthali, 2007: 52), cobrindo todos os três tipos de AP acima mencionados.

Uma ACTF difere, no entanto, de um Parque Transfronteiriço (PTF), pelo facto de este último conceito dizer respeito à junção de duas ou mais áreas protegidas (no caso que estudamos, Parques Nacionais) de dois ou mais países diferentes (Whande e Suich, 2009: 374). De acordo com Simon Munthali: “through their emphasis on state ownership and control, Transfrontier Parks are no different in principle from other national parks, where local communities are usually marginalized into buffer zones, and peripheral economic activities such as menial jobs as cooks, labourers, or guards” (2007: 52).

O modelo que a ACTF propõe é assim mais amplo, até porque para adensar a confusão que possa existir entre os dois conceitos, estes podem mesmo ser implementados em simultâneo, como é o caso do Grande Limpopo (Whande e Suich, 2009: 374). A novidade de uma ACTF é que esta pode, para além dos Parques Nacionais que existem no seu núcleo, incluir zonas múltiplas de utilização da terra como áreas comunais e terrenos pertencentes a privados (Idem, Ibidem). O conceito de ACTF pretende assim,

in the southern African context aims to convert vast communal lands, which are marginal for conventional agriculture to effective biodiversity conservation and tourism development — as a complementary economic development model in agriculturally marginal areas. This would be achieved through securing and consolidating community rights over their customary land and other natural resources, particularly forests and wildlife (Munthali, 2007: 55).

Uma das ideias que está subjacente ao projecto do Grande Limpopo baseia-se na convicção de que, muito antes do estabelecimento das fronteiras políticas que hoje vigoram, definidas pelas potências europeias que colonizaram o interior do continente africano durante os Séculos XIX e XX, estas regiões eram palco de migrações, tanto da vida selvagem como dos seus habitantes humanos (Hanks, 1997: 133). Estas rotas tradicionais seriam agora repostas, libertando uma barreira artificial feita aliás tendo em causa interesses alheios a argumentos ecológicos ou das populações que poderiam beneficiar se estas fossem suprimidas.

O argumento ecológico centra-se na convicção que, tal como noutros pontos de África, os animais obedecem a ciclos migratórios determinados pela procura de melhores locais para se alimentarem, pelo que percorreriam enormes distâncias ao longo do ano e estendendo-se por regiões com dimensões consideráveis (Munthali, 2007: 52). Estes movimentos, que na maior parte dos casos são realizados por espécies de grande ou médio porte, teriam assim sido interrompidas por acção directa do Homem, interceptando comportamentos que podem mesmo ter sido repetidas ao longo de milhões de anos.

Um dos casos mais conhecidos, não só em África como em todo o mundo, são os Parques Nacionais de Masai Mara, no Quênia e do Serengeti, na Tanzânia. Respeitando uma migração impressionante de milhões de animais, que se movimenta entre os dois parques contíguos em busca da água das chuvas, as autoridades dos dois países decidiram nunca criar barreiras que literalmente poderiam pôr em risco o ecossistema como um todo. A migração de gnus, zebras e gazelas é, aliás, uma das imagens mais fortes que o movimento da Conservação tem veiculado, não só porque a travessia de milhões de animais nos rios de Masai Mara é um espectáculo de uma beleza extraordinária mas também porque, pelo menos neste caso, o Homem, ao não colocar barreiras à migração, mesmo que esta passe por dois países diferentes, permitiu que não fosse totalmente destruída.

Os promotores do Grande Limpopo estão convictos que, uma vez quebradas as barreiras à livre circulação de animais selvagens, os padrões de comportamento de grandes manadas poderão mesmo reatar. Acredita-se que antes de os europeus se terem estabelecido no continente africano grandes manadas de Elefantes e Búfalos do Cabo eram uma imagem natural para alguém que visitasse a região (Pienaar, com. pessoal). Repor a situação que era vivida nesta região antes da colonização foi mesmo um dos motores que alimentou a ideia de que as barreiras políticas dos Estado modernos deveriam ser abandonadas para permitir que os ecossistemas pudessem retomar a sua natural progressão (Spierenburg et al., 2008: 88).

No entanto mesmo esta ideia das migrações não é totalmente aceite (Couto com. pessoal) uma vez que não há registos sobre o suposto movimento em massa de grande mamíferos neste ecossistema em particular. A ideia de juntar dimensões gigantescas de território dedicadas à preservação do mundo natural estará ligada também ao sonho de muitos conservacionistas de aumentar a percentagem de AP no mundo inteiro, e em África em particular. Para William Wolmer “this logic justifies the expansion of protected areas into new spaces and across national boundaries, and ensures a continued and expanded role for international experts. At its most fundamentalist, this philosophy holds that ‘Africa should endeavor to join all its game parks contiguously from Cape to Cairo’” (2003: 5 Apud. de Villiers 1999).

A juntar ao restabelecimento de grandes migrações de animais estão outras vantagens do ponto de vista meramente conservacionista. Simon Munthali enumera pelo menos mais duas: por um lado os benefícios poderão colocar-se numa protecção internacional dos ecossistemas que são partilhados pelos países ou regiões incluídas, como cursos de água e outros activos decorrentes da biodiversidade, e por outro, um aumento significativo das áreas de protecção poderá ser mais eficaz no esforço de preservação de populações de animais e de plantas bravias, reduzindo por isso as probabilidades de extinção das mesmas (2007: 52).

O facto de este como outros projectos terem na sua base argumentos como migrações de animais, ou o equilíbrio dos ecossistemas, poderá, no entanto cair directamente nos debates que opõem

Conservação e Desenvolvimento. Este seria assim um modelo eminentemente ecocêntrico, porque estará baseado num conceito de Bioregiões. De acordo com William Wolmer,

In essence, this philosophy holds that the earth consists of contiguous but discrete ‘organic regions’ or ‘bioregions’. (...) These regions are described as self-contained and equilibrial, existing in close and complex organic harmony and having specific carrying capacities for animals and humans. But bioregionalism goes further, extrapolating this ecological holism to the social and political realms to advocate an explicitly political, and quasi-spiritual, agenda (2003: 2-3).

Apesar de a base de sustentação destes modelos poder estar de facto numa motivação conservacionista, o que é facto é que, no caso das ACTF, os benefícios poderão ser estendidos às comunidades locais e aos privados, como referimos anteriormente. Os efeitos do debate entre estratégias de Desenvolvimento e Conservação têm de facto influenciado os termos em que os projectos transfronteiriços têm sido tratados pelos seus respectivos promotores. Como verificámos no primeiro capítulo, grande parte do discurso que pretende unir as duas realidades, apelando cada vez mais ao Desenvolvimento Sustentável e por isso incluindo as comunidades locais, tem-se verificado na zona austral do continente africano. Muito por causa disso, os modelos transfronteiriços passaram agora a incluir, como parte central da sua estratégia, valores tanto do Desenvolvimento como da Conservação (Wolmer, 2003: 7).

Esta abordagem holística permite assim que se desenvolvam inúmeras actividades que vão muito além das estratégias de Conservação, incluindo a gestão de recursos naturais partilhados pelas comunidades rurais dos diferentes países, através de um relaxamento das fronteiras políticas permitindo uma harmonização das estratégias de desenvolvimento e conservação existentes em ambos os lados das fronteiras (Whande e Suich, 2009: 374).

Em relação às comunidades rurais dos diferentes países, estes modelos poderão levar mesmo a alguma integração política e cultural, unindo povos até aqui estavam apenas divididos de forma artificial através das fronteiras entre Estados soberanos, (Wolmer, 2003: 5) permitindo também a cooperação económica local e regional de comunidades rurais (Munthali, 2007:52).

Este novo paradigma está inclusivamente a obter apoios dos mais diversos actores, que confluem num modelo que parece dar resposta tanto às agendas do Desenvolvimento como da Conservação. A partir da última década do Século XX, nos anos de 1990, passou a estar no centro das atenções, por exemplo, das principais organizações responsáveis pela Conservação da Biodiversidade. O conceito de conservação transfronteiriça tem sido acolhido pela grande maioria das instituições, estatais ou não estatais que se preocupam com as questões da Conservação (Spierenburg et al., 2008: 88; Munthali, 2007:52).

De acordo com William Wolmer,

This strange alliance of ecocentric, managerial, neoliberal and populist priorities has conspired to encourage a shift in the conservationist agenda from viewing protected areas as inviolate sanctuaries to looking to them increasingly as potential sources of revenue which should be extended across the landscape. Rather than fencing protected areas into enclaves they should be opened out across administrative and national boundaries (2003: 7-8).

Os apoios não se limitam, contudo, às instituições eminentemente conservacionistas. Instituições regionais como a South African Development Community (SADC), o Estados da África Austral ou mesmo instituições como o Banco Mundial. O facto de o conceito de ACTF incluir motivações que previam beneficiar tanto comunidades humanas como a vida selvagem levou a esta verdadeira coligação de diferentes interesses em torno desta nova abordagem (Whande e Suich, 2009: 373; Wolmer, 2003: 1).

Um dos principais impulsionadores da Conservação Transfronteiriça tem sido a organização regional de integração económica dos países da zona, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (ou do acrónimo em inglês, pelo qual é mais conhecida: SADC - Southern Africa Development Community) (Wolmer, 2003: 7; Munthali, 2007: 52). Os três países que estão a desenvolver o Grande Limpopo – Moçambique, África do Sul e Zimbabué – são parte integrante desta organização. O impulso da SADC tinha por base a intenção de promover a integração política e económica a nível inter-estatal, neste caso concreto através da gestão e utilização sustentável de recursos naturais que transcendem as fronteiras políticas dos países em causa (Whande e Suich, 2009: 373).

No tratado fundador desta instância internacional, pode ler-se, no seu artigo 5º, que é um objectivo “to promote sustainable and equitable economic growth and socio-economic development that will ensure poverty alleviation with the ultimate objective of its eradication, enhance the standard and quality of life of the people of Southern Africa and support the socially disadvantaged through regional integration;” (SADC, 1992). Mais tarde, em 1997, a SADC, através do “Protocol on Wildlife Conservation and Law Enforcement”, no seu artigo 4º, estabelece a directiva para que promova “common approaches to the conservation and sustainable use of wildlife resources and to assist with the effective enforcement of laws governing those resources” e assim “promote the conservation of shared wildlife resources through the establishment of transfrontier conservation areas; and (...) facilitate community-based natural resources management practices for management of wildlife resources” (SADC, 1997).

O apoio alargado na região às iniciativas transfronteiriças está igualmente patente no facto de nove dos actuais e antigos presidentes de países da África Austral serem patronos da Peace Parks Foundation, que como já referimos está fortemente empenhada na promoção e implementação de iniciativas transfronteiriças, e que é a grande promotora da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo (Whande e Suich, 2009: 373 Apud. Hanks, 1997).

O apoio às iniciativas transfronteiriças veio também dos tradicionais doadores de estratégias ligadas à conservação comunitária que, em meados dos anos 1990, passaram a apoiar as estratégias que começavam a surgir na região com as TFCA. O facto de esta ser uma estratégia holística e de ser uma novidade, levou mesmo a que muitos dos doadores se tenham voltado com maior entusiasmo para esta solução (Whande e Suich, 2009: 373; Wolmer, 2003: 1).

O conceito tem permitido igualmente o envolvimento de alguns doadores em regiões que, sem este carisma regional, teriam alguma dificuldade em o justificar. Os financiadores, não são alheios por exemplo à situação política em que se encontra um dos países signatários do PTFGL: o Zimbabué. Liderado por Robert Mugabe, o país tem sido alvo de pressões internacionais após as destituições de quintas a fazendeiros brancos no início dos anos 2000. A abordagem transfronteiriça surge assim como uma forma indirecta de financiamento daquele país, uma vez que atenua o facto de estar investir naquela região (Wolmer, 2003: 9).

3.2 Implementação

De forma a podermos compreender todo o processo de estabelecimento do PTFGL, bem como os planos para a ACTFGL, teremos que recuar até aos factos históricos que precederam a assinatura do tratado de Xai-Xai, em 2002. A primeira ocasião em que esta ideia esteve nos planos de Moçambique e África do Sul, surgiu muitas décadas antes por via de um ecologista português, Gomes de Sousa, que em 1938 lançou a ideia de juntar a então Coutada 16 (actual Parque Nacional do Limpopo) ao Parque Nacional do Kruger (Whande e Suich, 2009: 375). No entanto, esta ideia nunca foi avante tendo sido apenas avançada durante a década de 1990, após as primeiras eleições democráticas na África do Sul e depois do acordo de Paz alcançado em Moçambique, no período pós-independência (Idem, Ibidem).

O maior promotor desta segunda vaga é apontado por diversas fontes como tendo sido Anton Rupert, um magnata sul africano, que era então presidente da Southern African Nature Foundation (actualmente a WWF South Africa). As ideias de Rupert para unir o Kruger com o território moçambicano foi inicialmente por ele promovida quando se deslocou a Maputo para ter uma reunião com o então presidente moçambicano Joaquim Chissano, a 7 de Maio de 1990 (Hanks, 1997: 134; Spiereburg et al., 2008: 89; Whande e Suich, 2009: 375).

Como resultado desta primeira reunião, a WWF South Africa ficou responsável pela realização de estudos para a futura implementação de uma solução Transfronteiriça. Esse relatório foi discutido e analisado pelo governo moçambicano que, entretanto, pediu apoio ao Banco Mundial, para prosseguir com o plano. O envolvimento do Banco Mundial foi não só um apoio essencial ao desenvolvimento do Grande Limpopo, através do respectivo financiamento (Whande e Suich, 2009: 375), como também, através de um relatório produzido em 1996, o “Transfrontier Conservation Areas

Pilot and Institutional Stengthening Project for Mozambique”, que permitiu uma viragem do Grande Limpopo, de um Parque Transfronteiriço para uma solução mais ampla, ou seja, a criação de uma ACTF (World Bank, 1996; Whande e Suich, 2009: 375; Hanks, 1997: 134).

Mais ou menos ao mesmo tempo Anton Rupert voltou a encontrar-se com Chissano para influenciar o presidente moçambicano no sentido de chegar a um acordo com a África do Sul e o Zimbabué por forma a atingir os benefícios económicos que a Área de Conservação Transfronteiriça iria proporcionar. Na mesma altura os líderes regionais das duas províncias em causa (Limpopo e Gaza, na África do Sul e em Moçambique, respectivamente) encetaram conversações para encontrar sinergias económicas entre as duas regiões (Whande e Suich, 2009: 375-376) o que reforçava o teor político e institucional, e precipitava cada vez mais a tão desejada implementação do projecto do Grande Limpopo.

Em 1997, Anton Rupert fundou a Peace Parks Foundation (PPF), com o objectivo de promover a criação de Áreas de Conservação Transfronteiriça (Hanks, 1997: 135), num conceito que ficou conhecido como os “Parques da Paz”. A PPF, que foi lançada com capital próprio daquele magnata, garantiu igualmente a entrada de financiamento do sector privado e do German Development Bank no projecto. O apoio público de Nelson Mandela e de diversos outros patronos da iniciativa trouxeram também grande publicidade para todo o projecto (Wolmer, 2003: 11-12). À data da sua criação a PPF, para além do Grande Limpopo, estava envolvida na implementação de muitas outras ACT na região da África Austral (Hanks, 1997).

Como já referimos anteriormente, o Tratado de Xai-Xai foi ainda precedido de um acordo prévio entre os três países em causa. A assinatura de um acordo trilateral teve assim lugar em Novembro de 2000. Este passo foi essencial para a formação de um comité técnico e respectivos grupos de trabalho controlados por um comité interministerial, para preparar os termos e condições de um tratado internacional tripartido (Whande e Suich, 2009: 376). É nesta altura que surge o primeiro nome do projecto, que à data ainda não se designava por Grande Limpopo, mas por Gaza-Kruger-Gonarezhou Transfrontier Conservation Area (GKG), que apenas viria a adoptar o nome actual a partir de 2001 (Wolmer, 2003: 9-10).

Os dois anos que separaram este acordo do Tratado de Xai-Xai que, como referimos no início deste capítulo, foi assinado pelos Presidentes da República dos três países a 9 de Novembro de 2002, levaram os signatários a começar esta nova fase de implementação no terreno pela constituição do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo, tendo ficado a ACTFGL apenas referida num dos artigos desse tratado internacional (Whande e Suich, 2009: 376). Na prática o Tratado institui apenas um PTF tendo a ACTF sido apenas caracterizada geograficamente.

Um ano antes o governo moçambicano transformou a Coutada Oficial nº16, até então utilizada exclusivamente para caça comercial, no Parque Nacional do Limpopo (PNL) (ver figura 5). A designação do novo Parque Nacional foi realizada a 28 de Novembro de 2001 e estende-se desde

Pafuri ao norte, percorrendo a Leste o Rio Limpopo até ao Rio dos Elefantes, que constitui a fronteira sul do PNL, na província de Gaza (Soto, 2009; RRP: 2002: 4).

De acordo com o tratado, o PTGL procura proporcionar a colaboração transnacional e a cooperação entre as partes com o objectivo de promover a gestão efectiva de ecossistemas nas áreas compreendidas pelo parque. O contrato promove igualmente, como objectivos adicionais, encorajar parcerias sociais e económicas por parte do sector privado, comunidades locais e ONGs para harmonizar a gestão de recursos naturais e assim remover todas as barreiras artificiais à livre circulação da vida selvagem (Whande e Suich, 2009: 376).

O facto de, neste passo essencial do projecto do Grande Limpopo, a ACTF não ter sido alvo de uma definição objectiva, leva Webster Whande e Helen Suich a referirem que poderá haver confusão entre as duas iniciativas, que como temos constatado são diferentes:

Given the lack of formal development of the GLTFCA, the objectives of the initiative have not been publicly defined, nor have the envisaged differences with the GLTP in management objectives or interventions. So far, it appears that the GLTP agreement is taken to imply objectives of the entire GLTFCA and that the sections of the GLTP treaty referring to the sustainable utilization of natural resources apply to the much larger GLTFCA, where human habitation and sustainable natural resource use (Idem, Ibidem).

O Comité Ministerial criado entretanto para levar a cabo a implementação do PTFGL foi designado para promover a coordenação política ao nível interestatal. Este por sua vez, é composto por elementos dos diferentes Estados e coordena os diversos ministérios que abrangem as diferentes tutelas que vão de áreas tão diversas como a vida selvagem, administração interna, segurança ou agricultura. Ainda existem subcomités que abordam outros temas como conservação, relações com as comunidades locais, veterinária, turismo, etc. (Whande e Suich, 2009: 379)

Contudo, e apesar das várias ramificações que provêm dos comités e grupos de trabalho, as comunidades locais não estão representadas, pelo menos formalmente. De acordo com Whande e Suich, as comunidades residentes estavam anteriormente representadas em reuniões e workshops, mas deixaram de o estar com o pretexto de que as autoridades nacionais já estavam a trabalhar em sua representação: “the result of this has been that local residents in already marginal areas are experiencing new forms of exclusion from the policy- and decision-making processes that impact on their access to and use of land and natural resources” (2009: 380).

O facto de ser ter começado o projecto do Grande Limpopo, apenas com a junção dos Parques Nacionais, está igualmente a tornar a iniciativa apenas num Kruger ampliado, uma vez que o poder daquele Parque acaba por influenciar todo o plano para aquela região (Wolmer, 2003: 11-12). Esta ligação entre o Parque Nacional do Kruger e o Parque Nacional do Limpopo, nomeadamente a remoção de barreiras entre os dois parques, é visto como uma solução para lidar com o excessivo

número de Elefantes que actualmente vivem do lado sul africano. Desta forma aqueles animais conquistam assim novas áreas que até agora estavam inacessíveis por causa das barreiras até agora existentes (Whande e Suich, 2009: 378).

Por outro lado, outros interesses têm emergido no que toca ao desenvolvimento turístico da região. A industria sul africana olha para o PTFGL como uma oportunidade única para estender os seus negócios além fronteiras. Estes factos estão a levar a que o projecto possa vir a tornar-se num “Kruger-plus” (Wolmer, 2003: 12) vincando ainda mais as características de Parque Nacional que o projecto tem tido.

Desde 2001 já teve lugar a translocação de pelo menos 4 mil novos animais do Kruger para o lado Moçambicano (Whande e Suich, 2009: 379). Apenas parte da vedação existente entre os dois parques foi até agora removida, em duas secções de 5 km cada (Pienar, com. pessoal). As razões para que as barreiras não tenham sido totalmente retiradas, tem a ver com o facto de, do lado Moçambicano ainda existirem comunidades humanas que, para além dos potenciais conflitos homem-vida selvagem, poderão ter impactos negativos na transmissão de doenças entre animais bravios e gado. Outra das razões apontadas tem a ver com o facto de o Parque Nacional do Limpopo não estar ainda limitado por vedações (Whande e Suich, 2009: 379; Pienaar, com. pessoal).

3.3 Implicações para as comunidades locais

Um dos pontos cruciais para o sucesso dos objectivos do Grande Limpopo será a forma como os seus impulsionadores irão resolver as questões que directamente incluem as populações locais. Como já referimos mais atrás neste capítulo, todo o conceito de ACTF pretende trazer vantagens para as populações que vivem no seu interior ou entorno. Mas por diversas vezes os impactos negativos que a sua implementação poderá trazer a essas populações, não são totalmente referidas, como tal, pelos seus implementadores, no entender dos críticos destas opções (Wolmer, 2003).

Apesar de a implementação da ACTFGL contar com estratégias de Desenvolvimento Sustentável, o já proclamado PTFGL estará a ser desenvolvido trazendo alguns traços do passado. Simon Munthali aponta para o potencialmente controverso processo de reassentamento que está a ter lugar e que inclui, para já, o deslocamento de 2500 pessoas que vivem actualmente no interior do Parque Nacional do Limpopo (2007:53).

De acordo com William Wolmer,

The Great Limpopo initiative has potentially very serious implications for the communities living around and in it. TBNRM is different in one very important respect from traditional protected areas: it provides a rationale for expanding the conservation estate from enclaves to previously separate constituencies: commercial farms and communal areas. Whereas in the past the communal areas of the

lowveld have often been represented as a buffer separating commercial ranches from the veterinary disease threat of the wilderness areas, now they are coming to be conceptualized more as interstitial connective zones, cement, or corridors between wildlife areas (Wolmer, 2003: 15).

O reassentamento das populações que vivem no interior do PNL é, no entanto, defendido pelos implementadores do Grande Limpopo como um passo essencial para que este seja efectivamente realizado. O facto de estas populações poderem, a partir de agora, com a realocação de fauna bravia perigosa, vir a coabitar com estes animais, impõe que este tipo de medidas vá avante, com o acordo das populações em causa. Mas este processo poderá não ser assim tão pacífico, uma vez que levará ao ressurgimento de suspeitas antigas relacionadas com outros processos de deslocação de populações noutros pontos de África (Wolmer, 2003: 16). De acordo, com Antony Alexander, project manager do Parque Nacional do Limpopo este processo terá lugar num plano a três anos e prevê a realocação das comunidades ao sul do Parque na zona de Massingir. O projecto avançará assim que forem criadas barreiras para protecção das populações (com. pessoal).

Num comentário registado por Marja Spierenburg et al., sobre o processo de reassentamento, no Parque Nacional do Limpopo, poderá sentir-se o pulso que a implementação do Parque está a ter para os habitantes do Parque: “they say that the resettlement is not forced, but that is not true. We are forced because we are no longer allowed to live our lives as before, we can no longer cultivate where we want, we can no longer take our cattle out to graze. Yes, we agreed to move, but we did not do so freely” (2008: 94).

Por diversas vezes são apontadas falhas na consulta que foi até agora feita às comunidades locais (Whande e Suich, 2009: 381; Wolmer, 2003: 21-22). Estima-se que a população total que vive actualmente no interior do Parque Nacional do Limpopo, parte integrante portanto tanto do PTFGL como da ACTFGL, esteja algures no intervalo de 20 a 30 mil pessoas (RRP, 2002: 4). O destino a dar a estas populações ainda não é totalmente claro pelo que as preocupações têm emergido quanto à sua integração no projecto global.

No mesmo ano que o Tratado de Xai-Xai entrava em vigor, o conhecimento que as populações do Parque Nacional do Limpopo tinham do projecto era ainda muito reduzida. De acordo com um relatório promovido pelo Refugee Research Programme (RRP) da Universidade de Witwatersrand, na África do Sul, realizado junto das populações rurais do Parque, 40% dos habitantes entrevistados nunca tinha sequer ouvido falar do PTFGL (RRP, 2002: 3).

Outro dado alarmante deste estudo sul africano está no facto de que a grande maioria dos entrevistados, à data, não fazer sequer tenções de abandonar as terras onde viviam. Cerca de 83% responderam que preferiam coabitar com os animais selvagens, mesmo os mais perigosos para a sua segurança, a ter que sair daqueles territórios, que em muitos casos pertenceram aos seus antepassados (Idem, Ibidem).

O facto de o projecto do Grande Limpopo ter sido iniciado através de um PTF, poderá ter contribuído para o grau de desconfiança das populações locais. Se em meados dos anos de 1990 a tónica estava na integração de princípios da Conservação e do Desenvolvimento, na prática, que o foi para o terreno até ao momento mais não foi, em Moçambique, do que o estabelecimento de um Parque Nacional.

As populações que habitam no interior do Parque vivem em condições de pobreza extrema. De acordo com o RRP, 85% dos entrevistados não têm acesso a um bem essencial, a água, que não seja a partir dos rios. As estratégias de sobrevivência das populações rurais desta região estão baseadas na terra que ocupam, uma vez que, tal como noutras áreas rurais não só de Moçambique como em diversas partes do continente africano, estas pessoas encontram o seu sustento em actividades como a agricultura de subsistência ou a criação de gado (RRP, 2002: 6)

De acordo com o mesmo relatório,

There are various factors which seem to be working against the development of a truly participatory and beneficial plan “for the people” in Coutada 16 [referindo-se ao actual Parque Nacional do Limpopo]. The main problem is that all the actors responsible for formulating such a plan have interests which potentially conflict with their ability to work without bias in the interest of the local communities. The Peace Park Foundation’s main focus is on wildlife conservation and tourist attraction, which both conflict in some situations with the stated interests of the residents (RRP, 2002: 9).

A falta de clareza no tocante ao destino a dar às populações que vivem no interior do Parque Nacional do Limpopo, levou mesmo a que o Banco Mundial, que no início foi um dos maiores apoiantes do Grande Limpopo e que ajudou a financiar os seus primeiros passos, tenha rescindido parte do seu compromisso (RRP: 2002: 4). Este dado é importante na medida em que foi precisamente o Banco Mundial que, como constatámos acima, foi determinante para que fosse dada um viragem inicial de um Parque Transfronteiriço para um projecto mais ambicioso de uma Área de Conservação Transfronteiriça que servisse de motor económico para as populações locais da região, compatibilizando as agendas da Conservação e do Desenvolvimento.

O foco dado ao Turismo como promotor de desenvolvimento económico na componente moçambicana do Grande Limpopo poderá estar também a deixar de fora as comunidades rurais. Com estratégias diferentes de sobrevivência, soluções de ecoturismo ou turismo cinegético/caça, como que poderão estar a simplificar a complexidade do modo de vida daquelas populações (Whande e Suich, 2009: 387). No entanto, os implementadores do Grande Limpopo admitiram já que a próxima fase do projecto terá que se focar em compreender como é que essas populações, e suas instituições, poderão ser incluídas no processo de decisão (Idem, Ibidem: 381)

Um argumento que poderá sempre ser jogado pelas populações locais é o caso do estabelecimento do Parque Contratual de Makuleke, na África do Sul. Este Parque é parte integrante

do PTFGL e é um caso à parte no que toca ao estabelecimento de AP naquele país. Isto porque, anteriormente à sua criação, esta região fazia parte do Kruger. Após um longo processo de disputa com a SANParks, a agência estatal sul-africana responsável pelos Parques Nacionais, esta comunidade, que tinha sido despejada para a criação do Parque Nacional nos anos de 1960, durante o Regime do Apartheid, viu serem-lhes restituídos os seus direitos de posse sobre aquela zona (Spierenburg et al., 2008: 90).

Em Maio de 1998 os representantes da comunidade Makuleke e da SANParks chegaram a acordo na condição de, após negociações, aqueles territórios se manterem reservados para a Conservação da vida selvagem. Este processo tem sido apontado como um sucesso para a implementação do Grande Limpopo pela PPF e pela SANParks, uma vez que demonstra como poderão ser realizados compromissos com as comunidades locais (Spierenburg et al., 2008: 91). O facto de o Parque Contratual de Makuleke ser a antiga zona norte do Kruger, portanto essencial para a ligação com o território zimbabueana do projecto, é central para que toda esta estratégia vá por diante.

As medidas que incluam no futuro as comunidades locais poderão, inclusivamente, implicar devolução de direitos e capacitação. Caso estas comunidades adquiram direitos de posse sobre a fauna e flora bravias, a sua perspectiva poderá igualmente modificar-se. Segundo Danie Pienaar, Head of Scientific Services of (SANParks),

In those communal areas if an animal walks from Kruger into their land it doesn't belong to them, it belongs to the state and the governing authorities. And because they don't own this animals it's only negative. A lion, a rhino or an elephant are very valuable things to have if it belongs to you. [So we should] be looking at something that can change that, so those people have got more to say about those natural resources that flow from a places like Kruger onto their land. And that would make them a lot happier (Pienaar, com. pessoal)

Outra questão determinante a ter em conta para convencer as populações locais a aderir ao projecto poderá estar no facto de a vida selvagem poder ser potencialmente mais competitiva do que outras formas de utilização da terra, nomeadamente em savanas secas e com pouca potencialidade para a agricultura ou para pasto para a pecuária (Child, G., 2004: 22).

De acordo com Graham Child,

Put bluntly, conventional agriculture is not sustainable in vast areas of these savannas under present or foreseeable international production and marketing conditions (...). By contrast, the value of the spectacular African megafauna, with its inherent global comparative advantage, is increasing as demand for wildlife-based activities escalates, allowing wildlife to out-compete other uses of land. Unfortunately, there are still many examples where this potential continues to be subverted artificially by inappropriate institutions driven by outdated thinking in regard to both rural development and nature conservation (2004: 22).

Caso o projecto da ACTFGL vá avante será possível, por exemplo, promover a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável como formas compatíveis e não antagónicas. Esta poderá ser uma abordagem que resulte principalmente se as AP conseguirem beneficiar as condições de vida nas suas áreas adjacentes, o que também poderá trazer vantagens aos Parques. De acordo com Danie Pienaar,

when looked at a Park's perspective, if you have land use that is more compatible inside and immediately adjacent on the outside makes your life a lot easier because in Mozambican side we are just going to have about all boundary compatible land use and decent buffer zone so there is going to be very little problems on that side, except for poaching coming through. Whereas in other areas you have intensive agriculture just across the river that create big problems for us because of water extraction of the rivers and not enough water coming down, continuous pollution of the water, and so on (com. pessoal).

Uma ACTF a ser desenvolvida poderá criar também oportunidades para o negócio lucrativo do turismo cinegético/caça. Apesar de este sector estar habitualmente a cargo de privados o facto é que se as comunidades locais tiverem a posse dos animais selvagens esta pode ser uma das alternativas a ter em conta para a obtenção de carne ou de dinheiro. A caça poderá mesmo vir a trazer um complemento para populações com sérios problemas de alimentação (Couto, com. pessoal).

Os modelos de Conservação que incluam actividades como a caça ou o consumo de carne são, no entanto, contestados a nível mundial, especialmente pelas opiniões públicas dos países do hemisfério norte. Contudo, na África Austral as questões da fauna e da flora bravias são vistas de uma forma diferente, onde a caça entra de facto nas estratégias de Conservação e nas quais é vista de uma forma utilitária, como recurso natural disponível. Graham Child garante que

Southern Africa, having broken with much conservation propaganda and dogma, is reforming institutions and forging new paradigms for managing wildlife outside ecological reserves. (...) The paradigm that is emerging is providing an enabling environment for enhancing both conservation and human welfare, not only in Africa (...) Future progress will probably lie in defining the issues affecting nature conservation more precisely and devising more effective institutions to guide sustainable wild resource use (2004: 22).

Sam Ferreira defende mesmo que o modelo de ACTF poderá ser positivo se a grande maioria do território for explorado através da caça: “consumptive tourism, hunting, should actually make up 70 per cent of a Protected Area matrix and only 30% should be non consumptive tourism” (com. pessoal). Este investigador refere mesmo que um modelo que assente em diversos usos da terra e que inclua a caça como forma de tornar o projecto sustentável a nível económico poderá também trazer grandes vantagens no impacto da pegada ecológica, uma vez que ao contrário de estratégias como o

turismo de massas como é o caso do Kruger¹⁶, a caça acaba por não ter um impacto tão forte no meio ambiente. Sam Ferreira garante mesmo ser necessário “to develop an integrated landscape approach to Protected Areas management, were you are trying to maximize opportunities for people to improve their livelihoods but at the same time minimize your carbon footprint (Ferreira, com. pessoal).

3.4 Discussão

As opções dos impulsionadores do projecto do Grande Limpopo têm levado, num primeiro momento, à implementação do modelo de Parque Transfronteiriço. Apesar de não excluir o futuro desenvolvimento de uma Área de Conservação Transfronteiriça, o facto é que a tónica dada tem lançado diversas preocupações sobre o projecto como um todo.

De acordo com Webster Whande e Helen Suich,

it is not yet clear if the GLTP treaty will also apply to the GLTFCA or a separate agreement will be negotiated, but the negative perceptions associated with the marginalization of local people from the GLTP will need to be addressed – the future participation of the (freehold and communal) residents in the development and decision making regarding the GLTFCA is likely to have a considerable impact on the success (or otherwise) of the initiative (Whande e Suich, 2009: 383).

É claro que a opção das autoridades de Moçambique, África do Sul e Zimbabué pelo modelo de PTF acabou por ter a virtude de dar um primeiro passo para a sua implementação no terreno. Com o Tratado de Xai-Xai, os três países assinaram igualmente um compromisso que recoloca aquela região no centro dos debates tanto da Conservação como do Desenvolvimento.

Para todos os efeitos, este processo de implementação do Parque Transfronteiriço, desenvolvendo-se na região fronteiriça entre aqueles países, em zonas periféricas caracterizadas por graus acentuados de exclusão, teve para já a vantagem de colocar em evidência as populações, bem no centro das preocupações de toda a questão do Grande Limpopo (Whande e Suich, 2009: 380; Wolmer, 2003: 22).

Apesar dos sinais dados até agora, de alguma exclusão das comunidades humanas nas prioridades do Grande Limpopo, os impulsionadores do projecto apontam para o facto de, na globalidade, a ACTFGL, incluir vantagens claras para as populações locais (Spierenburg et al., 2008). Antony Alexander referiu mesmo que as autoridades do PNL estão já muito atentas às condições de vida dos habitantes do Parque. Este responsável refere mesmo que estão a ser construídas barreiras para evitar conflitos homem/animais selvagens e diversas infraestruturas como escolas e estradas para as

¹⁶ O Parque Nacional do Kruger tem um milhão de visitantes ao ano, sendo 300 mil visitantes internacionais (Ferreira, com. pessoal).

populações. As autoridades do PNL têm também apoiado as populações com a implantação de sistemas de rega (com. pessoal).

Apesar dos receios de exclusão, mesmo as AP assentes em modelos ecocêntricos e que estão incluídas no Grande Limpopo, como é o caso Parque Nacional do Kruger, começam também a ter uma atitude diferente, aplicando medidas como facilitar a extracção de certos recursos florestais que poderão ter um impacto positivo, não só ao nível económico como também das percepções que as comunidades vizinhas do Parques têm deste território.

De acordo com Danie Pienaar, o Kruger está já a ir em ao encontro das necessidades das populações vizinhas: “new directions that we are moving in is the amount of effort that we put in local communities and giving them access to natural resources” (com. pessoal). Uma vez que se tratam, neste caso de comunidades muito pobres onde este tipo de gesto poderão ter um significado importante. Pienaar prossegue dizendo o seguinte:

A lot of them have never been into the Park, so just something small meant a lot to them and they are a lot more positive to the Park. So that’s the kind of things that we need to be looking more and more to give some benefits to the people living adjacent to the Park. If your neighbors are happy, then they are going to help you turn in others ways, for example telling you about people driving rhino poaching from out of their communities, and so on (com. pessoal).

O desenlace de toda esta questão estará no entanto ligado à decisão de avançar ou não com a ACTFGL, e levá-la para o terreno. O sucesso de todo o projecto poderá mesmo estar em causa se as questões que directamente incluem as comunidades locais não forem devidamente tratadas, a menos que as intenções dos seus promotores e a própria complexidade do Grande Limpopo demonstrem algum tipo de recuo por parte dos três países em relação às suas motivações iniciais. Moçambique é central para toda esta questão uma vez que a maior percentagem de território da ACTFGL e de populações humanas se encontram no interior das suas fronteiras.

PARTE III

Conclusão

“Quando os Elefantes lutam a erva sofre”¹⁷

O facto de historicamente as Áreas Protegidas promovidas pelo movimento internacional da Conservação ter em diversos momentos levado à exclusão das comunidades humanas, gera uma desconfiança legítima de projectos como a Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo. Este plano cai directamente no debate que procurámos retratar no primeiro capítulo deste trabalho, que opõe soluções ligadas à Conservação a estratégias de Desenvolvimento Sustentável. O Grande Limpopo, pelo facto de se encontrar num momento determinante do seu desenvolvimento e implementação, eleva-se como um caso prático, entre muitos outros, que provará ou não se estas estratégias aparentemente antagónicas poderão coexistir.

Como já tivemos oportunidade de constatar, após décadas de destruição e negligência, Moçambique atravessa um período determinante em diversas áreas da sua governação, em especial no que à Conservação da Biodiversidade diz respeito. Aqui, o Grande Limpopo servirá de charneira para uma avaliação mais consistente das verdadeiras potencialidades do Desenvolvimento Sustentável que o país tem promovido, quer através de decisões políticas, como a recuperação da sua fauna e flora bravias, quer da sua legislação, que promove soluções integradoras para as comunidades locais.

O teste a este país africano está em averiguar se a vanguarda que anuncia ficará apenas no papel, como grande parte das suas Áreas Protegidas, ou se servirá de exemplo a seguir noutras partes não só de África como do resto do Mundo. Os recursos naturais de Moçambique têm um potencial que vai muito além do espectáculo da vida selvagem, podendo servir de motor económico, para literalmente arrancar populações que vivem em condições de pobreza extrema e proporcionar-lhes oportunidades mais amplas de subsistência.

Analisando os passos que até agora foram dados pelos promotores do Grande Limpopo, o contraste entre a rapidez de implementação no terreno do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo com o possível atraso da Área Transfronteiriça do Grande Limpopo, levou a que diversos autores lançassem alertas para o facto de o projecto se estar a centrar demasiadamente em critérios ecocêntricos sem colocar as populações locais no topo das prioridades.

¹⁷ Ditado popular africano

Diversos autores referem-se ao ponto crucial da implementação no terreno da Área de Conservação Transfronteiriça para o sucesso de todo o projecto. Cito apenas dois exemplos finais: de acordo com Simon Munthali, para que o projecto seja bem sucedido, será essencial que este se transforme cada vez mais numa Área de Conservação Transfronteiriça, com todas as vantagens para as comunidades rurais: “TFCAs can contribute to both biodiversity conservation and poverty alleviation” (2007:58); no entender de Webster Whande e Helen Suich “clear strategies to facilitate the participation of communities in tourism development and an equitable formula of sharing benefits accruing from conservation-driven tourism have to be found if the GLTFCA is to make a meaningful contribution to local people’s lives” (2009: 388).

Concordando com estas posições e respondendo directamente à pergunta de partida proposta no início desta dissertação, sobre se “a implementação da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo será necessária para alcançar o duplo objectivo da conservação da biodiversidade e desenvolvimento rural das populações humanas que vivem no Parque Nacional do Limpopo e no seu entorno”, a resposta é claramente positiva. Ou seja, recuperando a primeira hipótese avançada, a ACTF será crucial no longo prazo, garantindo uma estratégia única para a região em causa, que coloque as comunidades humanas no centro das prioridades e das estratégias que visam a Conservação da Biodiversidade. Este modelo será assim um teste muito importante tanto para as vidas das comunidades rurais como da fauna e flora bravia africanas.

O sucesso da Área de Conservação Transfronteiriça do Grande Limpopo, poderá ser assim, como Nelson Mandela dizia numa frase citada neste trabalho, um projecto abraçado por todos.

FONTES

CITES (1973) *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora*, Washington DC

DECRETO n.º 26:076 (1955) Boletim Oficial da Colónia Portuguesa de Moçambique, I Série – Número 52, (24 de Dezembro de 1955) pp. 867-874

DECRETO n.º 40:040 (1955) Boletim Oficial de Moçambique, I Série – Número 8/Suplemento, (24 de Fevereiro de 1955) pp. 189-202

Diploma Legislativo n.º 1982 (1960), Boletim Oficial de Moçambique, I Série – Número 23 (8 de Junho de 1960) pp. 609-630

Diploma Legislativo n.º 1993 (1960), Boletim Oficial de Moçambique, I Série – Número 30, (23 de Julho de 1960) p. 30

Diploma Legislativo n.º 2496 (1964), Legislação da Provincia, Governo Geral, Moçambique

PNL (sem data) GLTP Tourism Map (Online) Disponível em <http://www.limpopopn.gov.mz/maps/gltp-tourism-map.aspx>

SADC (1992) *Treaty of the Southern African Development Community*

SADC (1997) *Southern African Development Community Protocol on Wildlife Conservation and Law Enforcement* Disponível em <http://esa.icsf.net/images/resources/regionalInstruments/docs/english/sadcwildlife.pdf>

SANParks (sem data) *Great Limpopo Transfrontier Park* (Online) Disponível em http://www.sanparks.org/conservation/transfrontier/great_limpopo.php

Tratado (2002) *Treaty between the Government of the Republic of Mozambique, the Government of the Republic of South Africa and the Government of the Republic of Zimbabwe on the Establishment of the Great Limpopo Transfrontier Park*, Xai-Xai, Mozambique

UNDP a (2011) *Human Development Report 2011 - Sustainability and Equity: A Better Future for All*, United Nations

UNDP b (2011) *Sustainability and Equity: A Better Future for All - HDI values and rank changes in the 2011 Human Development Report-Mozambique*, Human Development Report, United Nations

WDPA (sem data) *Growth in number of nationally and internationally designated protected areas (1911-2011)* (Online) Disponível em <http://www.wdpa.org/Statistics.aspx>

World Bank (1996) *Mozambique Transfrontier Conservation Areas Pilot and Institutional Strengthening Project – Project Document – Global Environment Facility Report No. 15534-MOZ*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adams, Jonathan S. e Thomas O. McShane (1992), *The Myth of Wild Africa – Conservation Without Illusion*, Berkeley, CA: University of California Press.
- Adams, William M. (2004) *Against Extinction – The Story of Conservation*, Earthscan, London.
- Adams, William e David Hulme (2001) *Conservation & Community – Changing narratives, policies & practices in African Conservation*. In: Hulme, David. e Marshall Murphree (Org.) (2001). *African Wildlife & Livelihoods – The Promise & Performance of Community Conservation*. Heinemann, Oxford.
- Adams, William M. e Jon Hutton (2007) *People, Parks and Poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation*, Cambridge, Conservation and Society.
- Adamson, George (1968) *Bwana Game – The Life Story of George Adamson*, Londres, Collins e Harvill.
- Agência Geral do Ultramar (1972) *Fauna Selvagem e Protecção da Natureza*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa.
- Anstey, Simon (2001) *Necessarily Vague – The political economy of community conservation in Mozambique*. In: Hulme, David. e Marshall Murphree (Org.) (2001). *African Wildlife & Livelihoods – The Promise & Performance of Community Conservation*. Heinemann, Oxford.
- Ashley, Caroline e Joanna Elliott (2003) “‘Just Wildlife?’ or a source of Local Development?”, ODI, (Online), 85. Disponível em: <http://www.odi.org.uk/resources/docs/2790.pdf>
- Baeta Neves, Carlos (1972) *Zonas de Protecção da Fauna Selvagem* In: Agência Geral do Ultramar (1972) *Fauna Selvagem e Protecção da Natureza*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa
- Barrow, Edmund e Marshall Murphree (2001) *Community Conservation – From Concept to Practice* In: Hulme, David e Marshall Murphree (Org.) (2001). *African Wildlife & Livelihoods – The Promise & Performance of Community Conservation*. Heinemann, Oxford
- Bond, Ivan, Brian Child, Derek de la Harpe, Brian Jones, Jon Barnes e Hilary Anderson (2004) *Private Land Contribution to Conservation in South Africa* In Child, Brian (2004) *Parks in Transition – Biodiversity, Rural Development and the Bottom Line*, Earthscan, South Africa
- Brockington, Dan (2002) *Fortress Conservation: The preservation of the Mkomazi Game Reserve, Tanzania*, James Currey, Oxford
- Brockington, Dan; Rosaleen Duffy e Jim Igoe (2008) *Nature Unbound: Conservation, Capitalism and the Future of Protected Areas*, Londres, Earthscan
- Brockington, Dan e James Igoe (2006) “Eviction for Conservation: A Global Overview”, *Conservation and Society*, (Online), 4 (3) pp. 424-470 Disponível em <http://www.indiaenvironmentportal.org.in/files/Eviction%20for%20Conservation.pdf>
- Brosius, J. P. (2004) “Indigenous peoples and protected areas at the World Parks Congress”, *Conservation Biology*, (Online) 18 (3) pp. 609-612 Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1523-1739.2004.01834.x/abstract>
- Buscher, B. e Dressler W. (2007) “Linking Neoprotectionism and Environmental Governance: On the Rapidly Increasing Tensions between Actors in the Environment-Development Nexus”, *Conservation and Society*, (Online), 5 (4) pp. 586-611 Disponível em http://www.conservationandsociety.org/temp/ConservatSoc54586-4519865_123318.pdf

Cardonnet, Philippe, Pascal Mésochina, Pierre-Cyril Renaud, Carlos Bento, Domingo Conjo, Alessandro Fusari, Colleen Begg, Marcelino Foloma e Francisco Pariela (2009) “Conservation Status of the Lion (*Panthera leo* Linnaeus, 1758) in Mozambique”, Maputo, (Online) Disponível em <http://www.shakariconnection.com/support-files/mozambique-lion-final-report.pdf>

Castro Amaro, Eduardo (1972) *Valor Económico da Fauna Selvagem* In: Agência Geral do Ultramar (1972) *Fauna Selvagem e Protecção da Natureza*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa

Chapin, Mac (2004) “A Challenge to Conservationists”, *World Watch Magazine*, (Online) 17 (6) pp.17-31 Disponível em <http://www.worldwatch.org/system/files/EP176A.pdf>

Child, Brian (2004) *Parks in Transition – Biodiversity, Rural Development and the Bottom Line*, Earthscan, South Africa

Child, Graham (2004), *Growth of Modern Nature Conservation in Southern Africa*. In Child, Brian (2004) *Parks in Transition – Biodiversity, Rural Development and the Bottom Line*, Earthscan, South Africa

Cuming, David (2004), *Performance of Parks in a Century of Change* In Child, Brian (2004) *Parks in Transition – Biodiversity, Rural Development and the Bottom Line*, Earthscan, South Africa

Dowie, Mark (2009) *Conservation Refugees – The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples*, Cambridge, The MIT Press

Dudley, N. (2008) *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*, Gland, Switzerland: IUCN. pp.86. Disponível em <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/paps-016.pdf>

GiBibl, Bernhard (2006) *German Colonialism and the Beginnings of International Wildlife Preservation in Africa*, GHI Bulletin Supplement 3 - PhD dissertation project on hunting and wildlife conservation in German colonialism. Disponível em http://www.ghi-dc.org/files/publications/bu_supp/supp3/121.pdf

Hanks, John (1997) *Protected Areas During and After Conflict – The Objectives and Activities of The Peace Parks Foundation* – Peace Parks Foundation, pp. 133-145 In: *Parks for Peace – International Conference on Transboundary Protected Areas as a Vehicle for International Co-operation*, Conferência de 16-18 Setembro em Somerset West, Cape Town, South Africa Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/6805984/Conference-Proceedings-Parks-for-Peace-1997>

Hatton, John, Mia Couto e Judy Oglethorpe (2001) *Biodiversity and War: A Case Study of Mozambique*, Washington D.C., World Wildlife Fund Disponível em <http://files.gorongosa.net/filestore/337-hatton%20et%20al%202001%20mozambique%20biodiversity%20war.pdf>

Hulme, D. e Murphree, M. (2001). *African Wildlife & Livelihoods – The Promise & Performance of Community Conservation*, Heinemann, Oxford

Mabunda, David, Danie Pienaar and Johan Verhoef (2003) *The Kruger National Park: A century of management and research* In: Toit, Johan T. du, Harry C. Biggs, Kevin H. Rogers (2003) *The Kruger Experience – Ecology and Management of Savanna Heterogeneity*, Island Press, Washington

Munthali, Simon M. (2007) *Transfrontier conservation areas: Integrating biodiversity and poverty alleviation in Southern Africa*, Blackwell Publishing Ltd., Oxford, UK, Malden, USA Disponível em ftp://ftp.puce.edu.ec/Facultades/CienciasHumanas/Ecoturismo/ArticulosTurismo/Art%C3%ADculos%20cient%C3%ADficos/Ecoturismo%20y%20la%20Conservacion%20biodiversidad/biodiversidad_alivio_pobreza_south_africa.pdf

Neumann, Roderick P. (1998) *Imposing Wilderness: Struggles over Livelihood and Nature Preservation in Africa*, Berkeley and Los Angeles, California, University of California Press

Nhantumbo, Isilda e Simon Anstey (2009) *CBNRM in Mozambique: The Challenges of Sustainability* In: Suich, Helen e Brian Child (2009) *Evolution & Innovation in Wildlife Conservation – Parks and Game Ranches to Transfrontier Conservation Areas*, Londres, Earthscan

- Rangarajan, Mahesh (2003) “*Parks, Politics and History: Conservation Dilemmas in Africa*”, Nova Deli e Londres, *Conservation and Society*, SAGE Publications Thousand/Oaks (Online) 1 (1) Disponível em http://www.conservationandsociety.org/temp/ConservatSoc1177-4678084_125940.pdf
- Rosinha, Armando (1981) *Alguns dados históricos sobre o Parque Nacional da Gorongosa*, Gorongosa, Palestra proferida durante a 1ª reunião nacional sobre fauna bravia de Moçambique
- RRP (2002) *A Park for the People? Great Limpopo Transfrontier Park – Community Consultation in Coutada 16*, Mozambique, University of the Witwatersrand, Refugee Research Programme Disponível em <http://www.queensu.ca/samp/migdocs/Documents/2002/park.pdf>
- Scherl, Lea M., Alison Wilson, Robert Wild, Jill Blockhus, Phil Franks, Jeffrey A. McNeely e Thomas O. McShane (2006) *As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações*. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. Viii +60pp. Disponível em <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/2004-047-Pt.pdf>
- Soto, Bartolomeu (2009) *Protected Areas in Mozambique* In: Suich, Helen e Brian Child (2009) *Evolution & Innovation in Wildlife Conservation – Parks and Game Ranches to Transfrontier Conservation Areas*, Londres, Earthscan
- Spierenburg, Marja, Conrad Steenkamp e Harry Wels (2008) “Enclosing the Local for the Global Commons: Community Land Rights in the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area”, *Conservation and Society*, (Online), 6 (1) pp. 87-97 Disponível em http://www.conservationandsociety.org/temp/ConservatSoc6187-4896395_133603.pdf
- Suich, Helen e Brian Child (2009) *Evolution & Innovation in Wildlife Conservation*, Londres, Earthscan
- Terborgh, John (1999) *Requiem for Nature*, Island Press, Washington DC
- Thorsell, Jim W. (1990) *Parks on the Borderline: Experience in Transfrontier Conservation*, IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK.
- Tinley, Ken e Tinley, Lynne (sem data) *Gorongosa National Park, An Ecological Sketch*, Gorongosa, Moçambique
- Toit , Johan T. du, Harry C. Biggs, Kevin H. Rogers (2003) *The Kruger Experience – Ecology and Management of Savanna Heterogeneity*, Island Press, Washington
- Travassos Dias (1975) *Abecedário dos Mamíferos Selvagens de Moçambique*, Lourenço Marques, Moçambique
- Virtanen, Pekka (2005) *Community-Based Natural Resource Management in Mozambique: A Critical Review of the Concept's Applicability at Local Level*, Sustainable Development Volume 13, Issue 1, pages 1–12
- Whande, Webster e Helen Suich (2009) *Transfrontier Conservation Initiatives in Southern Africa: Observations from the Great Limpopo Transfrontier Conservation Area* In: Suich, Helen e Brian Child (2009) *Evolution & Innovation in Wildlife Conservation – Parks and Game Ranches to Transfrontier Conservation Areas*, Londres, Earthscan
- Wolmer, William (2003), ‘*Transboundary conservation: the politics of ecological integrity in the Great Limpopo Transfrontier Park*’. *Sustainable Livelihoods in Southern Africa*, Research Paper no. 4, Institute of Development Studies, Brighton

ANEXOS

QUADROS

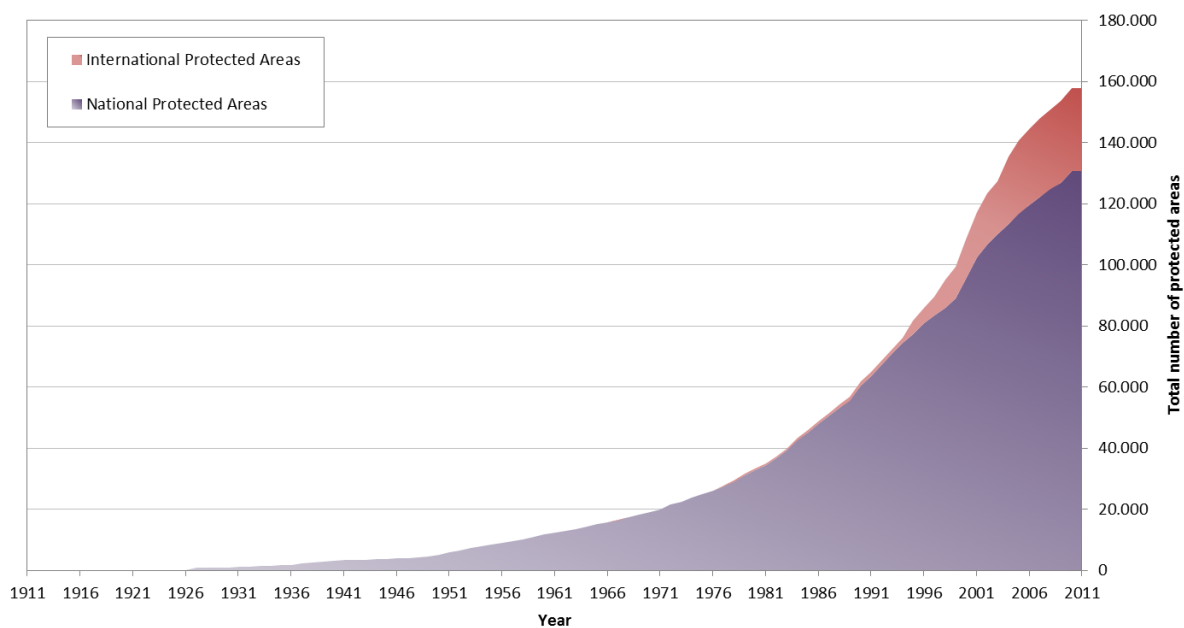
Province	Designation	Area (km ²)	Year of gazettelement
NIASSA	Niassa Game Reserve	24 400	1969
NAMPULA	Mecuburi Forest Reserve	1954	1950
	Baixo Pinda Forest Reserve	196	"
	Matibane Forest Reserve	42	"
	Mpalwé Forest Reserve	51	"
	Ribawé Forest Reserve	52	"
ZAMBEZIA	Gilé Game Reserve	2100	1960
	Derre Forest Reserve	1700	1950
MANICA	C.H. Area 4	8900	1969
	C.H. Area 7	5450	1969
	C.H. Area 9	4450	1969
	C.H. Area 13	5680	1960
	Maronga Forest Reserve	83	1950
	Zomba Forest Reserve	31	"
	Moribane Forest Reserve	53	"
SOFALA	Gorongosa National Park	5370	1960
	Marromeu Special Reserve	1500	1961
	C.H. Area 5	6860	1972
	C.H. Area 6	4560	1960
	C.H. Area 8	310	1969
	C.H. Area 10	2000	1961
	C.H. Area 11	1930	1969
	C.H. Area 12	2960	1969
	C.H. Area 14	1350	1969
	C.H. Area 15	2300	1969
	Nhamitanga Forest Reserve	1067	1943
	Nhapakwé Forest Reserve	170	1953
	Mucheve Forest Reserve	90	1950
INHAMBANE	Zinave National Park	3700	1972
	Bazaruto National Park	150	1971
	Pomene Game Reserve	?	1972
GAZA	Banhine Nat. Park	700	1972
	C.H. Area 16	10000	1969
	Chirindzene Forest Reserve	?	1974
MAPUTO	Maputo Special Reserve	700	1969
	Boboli Forest Reserve	13	1961
	Likwati Forest Reserve	33	1943
	Inhaca and Portuguese ³ Island Reserve	Ca. 16	1965

Quadro 1 – Lista de Áreas Protegidas existentes em Moçambique (Hutton et al, 2001: 36)

Nota: apesar de esta lista ser de 2001 ainda não está incluído o PNL que figura nesta lista ainda como CH (Area 16).

FIGURAS

Growth in number of nationally and internationally designated protected areas (1911-2011)



Fonte: World Database on Protected Areas (acessível em <http://www.wdpa.org/Statistics.aspx>) Apud IUCN and UNEP-WCMC (2012) The World Database on Protected Areas (WDPA): February 2012. Cambridge, UK: UNEP-WCMC.

Figura 1 – Gráfico da evolução da criação de Áreas Protegidas em todo o mundo (WDPA)

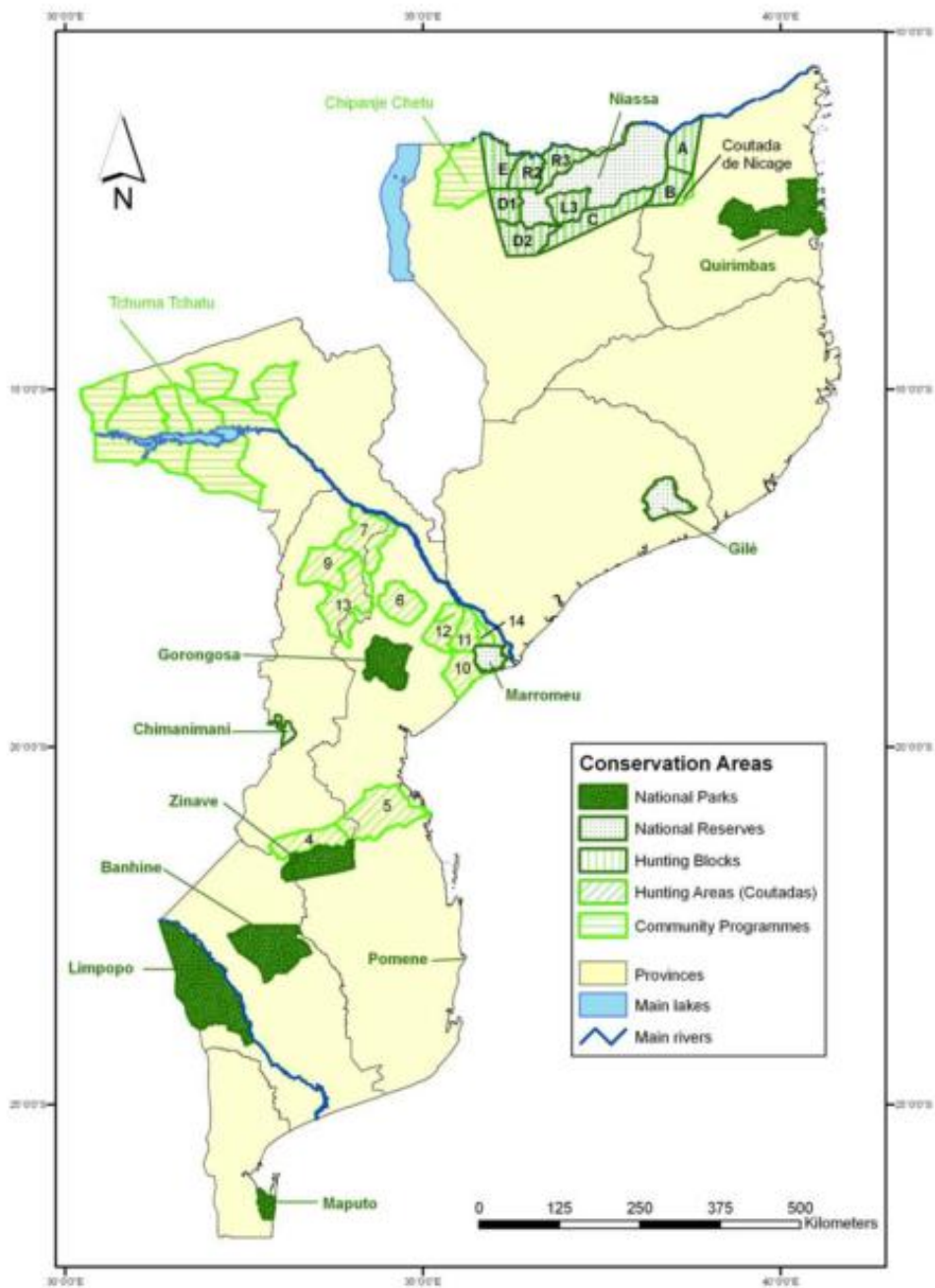


Figura 2 – Mapa das Áreas Protegidas de Moçambique (Cardonnet et al. 2009: 8)

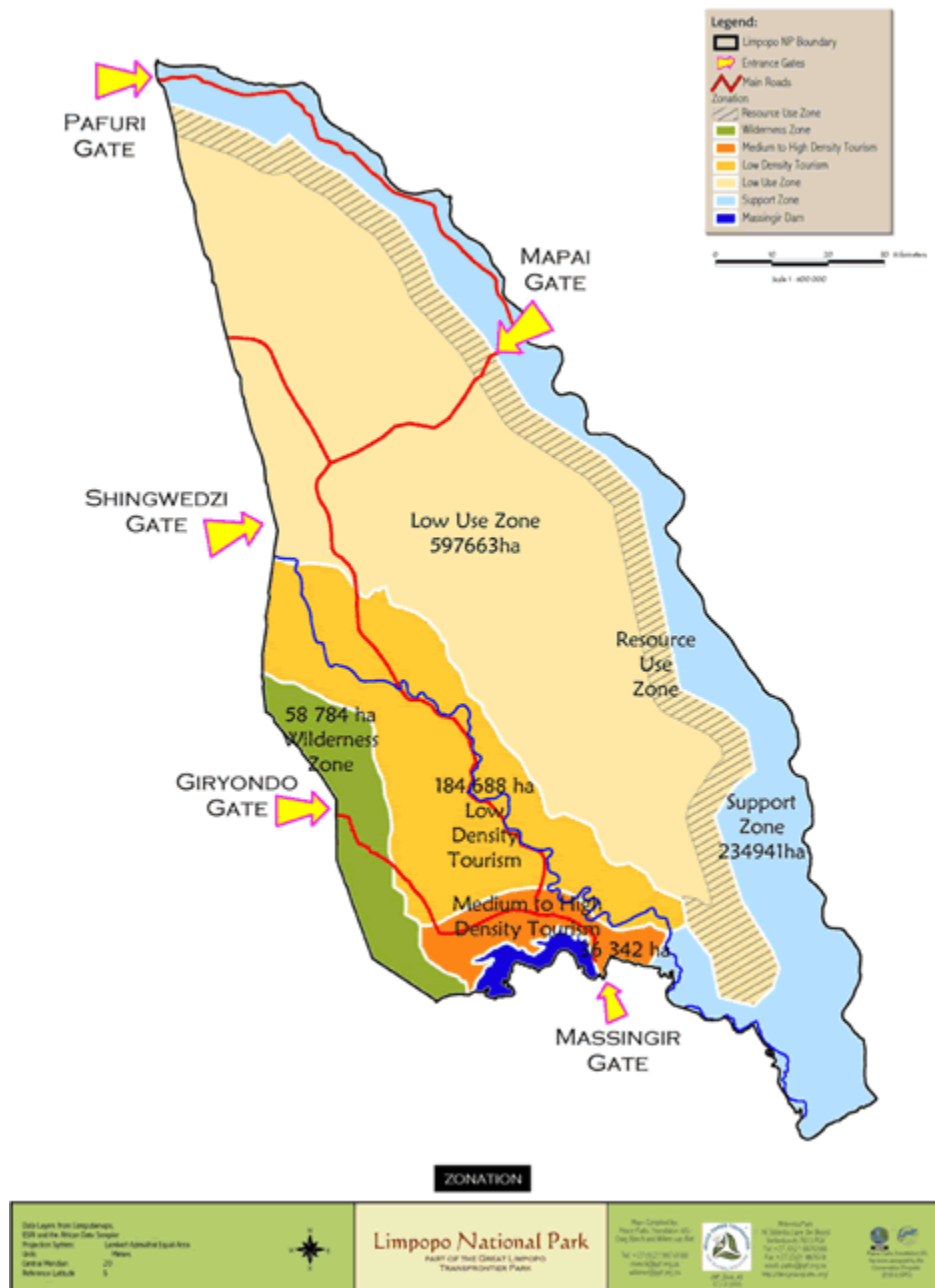


Figura 5 – Mapa do Parque Nacional do Limpopo (PNL, sem data)

Curriculum Vitae

Afonso Maria de Gouveia Durão Vaz Pinto

TEL. +351 91 460 82 32 E-MAIL: afonsovazpinto@gmail.com
Data de Nascimento 11-10-1978

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

João Líbano Monteiro & Associados

Lisboa, Portugal
Fev. 2007—...

CONSULTORIA DE COMUNICAÇÃO

- Top das empresas de comunicação no mercado português
- Consultoria à gestão na área da comunicação corporativa e assessoria de imprensa
- Clientes actuais: OGMA, Sumol+Compal, Randstad, AIT, Sogepoc, ACEGE

Es-Ko International

Entebbe, Uganda
Jul. 2006—
Fev.2007

DEPPUTY PROJECT MANAGER

- Líder mundial em logística alimentar em cenários críticos ou de guerra
- Assegurar toda a cadeia de fornecimento de comida a 12 mil soldados sob a missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUC – United Nations Organization Mission in the Democratic Republic of the Congo) e no sul do Sudão (UNIMIS – United Nations Mission in Sudan))
- Trabalho com fornecedores locais, entregas de comida contabilidade e pagamentos e viagens.

Diário Económico

Lisboa, Portugal
Jan. 2005—
Jul.2006....

JORNALISTA

- Mais importante jornal de economia em Portugal
- Trabalho na secção de Empresas
- Pesquisa, reportagem e execução de entrevistas.
- Áreas: Transportes, Distribuição e Consumo, Turismo

Ogilvy

Lisboa, Portugal
Set. 2004—Jan.
2005

COMUNICAÇÃO / RELAÇÕES PÚBLICAS

- Assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas na área empresarial
- Clientes: General Electric, Pfizer, Nestlé, Cais

EGEAC

Lisboa, Portugal
Abr. 2004—Jul.
2004

GESTÃO LOGÍSTICA

- Empresa municipal de Lisboa responsável pela produção de eventos culturais – “Festas de Lisboa”
- Gestão logística, responsável pelo controlo e fornecimentos de diversos pontos da cidade em que o evento estava a decorrer

Semanário

Lisboa, Portugal
Jun. 2000—Jul.
2003

JORNALISTA

- Semanário de referência no mercado português
- Trabalhos desenvolvidos nas secções de Política e Sociedade
- Funções desempenhadas durante frequência do curso superior

EDUCAÇÃO

**Universidade
Lusíada**

Lisboa, Portugal
Set. 1999—Dez.
2003

LICENCIATURA, CIÊNCIA POLÍTICA (13 VALORES)

- Política Nacional e Internacional
- Economia e Direito
- Projecto final de curso: análise política, económica e social no processo decisório no projecto de reabilitação do Parque Mayer

OUTRAS ACTIVIDADES

Voluntariado

2001 - 2003
Moçambique

MISSÕES EM ÁFRICA

- Educação e animação
- Saúde e apoio social
- Maputo (Ago. – Set. 2003)
- Pemba (Ago. – Set. 2002)
- Namaacha (Ago. – Set. 2001)

DIVERSOS TRABALHOS DE VOLUNTARIADO AO LOGO DO ANO: **BAIRRO 6 DE MAIO (LISBOA)** E **BAIRRO FIM DO MUNDO (ESTORIL)**

INFORMAÇÃO ADICIONAL

Idiomas

Inglês (Bom), Castelhana (Bom), Francês (Médio), Português (Língua Mãe)

